



26 DE MAIO DE 2017

Segunda-feira

- **CENTRAIS SINDICAIS DIVERGEM E DESISTEM DE GREVE GERAL NO DIA 30**
- **CÂMARA ANALISA PROJETO QUE IGUALA DIRIGENTES DE ASSOCIAÇÕES AOS DE SINDICATOS**
- **CONFIANÇA DO CONSUMIDOR FICA ESTÁVEL**
- **CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI 1,9 PONTO EM JUNHO ANTE MAIO, DIZ FGV**
- **EMPRESARIADO PREFERE CONTINUAR COM TEMER E EVITAR TURBULÊNCIA, DIZ CNI**
- **INDÚSTRIA E IMPORTADOR DEVEM MENCIONAR O CEST A PARTIR DE 1º DE JULHO**
- **CUSTOMIZAÇÃO E RASTREAMENTO DE PRODUTOS SÃO DIFERENCIAIS DA INDÚSTRIA 4.0**
- **DEPUTADOS DEFENDEM MEDIDAS DE APOIO A NOVOS EMPREENDEDORES DE TECNOLOGIA**
- **POR MELHORIAS, EMPREENDEDORES ADOTAM SISTEMAS DE GRANDES EMPRESAS**
- **EMPRESAS PODEM SER OBRIGADAS A RECEBER CHAMADAS DE CONSUMIDORES PELO CELULAR**
- **VÍDEO: BRASIL PRECISA INVESTIR EM INOVAÇÃO. VEJA NO MINUTO DA INDÚSTRIA**
- **EM 2016, OBTER CRÉDITO FOI MAIS DIFÍCIL PARA EMPRESAS FAMILIARES**
- **FINANÇAS APROVA CRIAÇÃO DE CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE TÉCNICO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA**
- **'TRABALHAR PARA SOBREVIVER NÃO SERÁ MAIS NECESSÁRIO', DIZ EMPREENDEDOR**
- **PARANOIA DE DEMISSÃO PÓS-FÉRIAS NÃO É RAZÃO PARA ADIAR DESCANSO**

- ESCASSEZ DE CRÉDITO PRIVADO É GARGALO PARA INFRAESTRUTURA
- REUNIÃO ENTRE TEMER E ALIADOS TRATOU DA APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA NA CCJ
- PERSPECTIVA DE APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA É POSITIVA, DIZ MEIRELLES
- SETUBAL DEFENDE APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA
- PAIM APRESENTA À CCJ VOTO PELA INCONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA
- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DEVE VOTAR REFORMA TRABALHISTA NA QUARTA-FEIRA
- SÓ MUDAR IDADE MÍNIMA NÃO RESOLVE PREVIDÊNCIA, DIZ PESQUISADOR DA FIPE
- O RAIO-X DA PREVIDÊNCIA PRIVADA DADA PELAS EMPRESAS
- ARTIGO: LOBBY NÃO É CORRUPÇÃO
- BRASILEIRO SEGUE PESSIMISTA EM RELAÇÃO À ECONOMIA, MOSTRA DATAFOLHA
- CRISE POLÍTICA PÕE EM RISCO META FISCAL
- “NÃO VEJO A ECONOMIA REAGIR TÃO CEDO”, DIZ HADDAD/INSPER
- PREÇOS DOS SERVIÇOS SUCUMBEM À CRISE
- ARTIGO: A CRISE POLÍTICA E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA
- CRISE POLÍTICA PÕE FIM A CICLO DE GANHOS EM INVESTIMENTOS
- CRISE AMPLIA CASOS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO POR ANSIEDADE
- ARTIGO: REFORMAR É PRECISO
- EQUIPE ECONÔMICA PROTEGE BRASIL DE AVENTURAS POPULISTAS, DIZ GIANNETTI
- ESTUDO APONTA PREJUÍZO DE R\$ 51 BI PARA UNIÃO COM DERROTA DO PIS/COFINS
- ARTIGO: POUPANÇA VAI DAR TRABALHO AOS CONCORRENTES
- BRASIL PODE REGISTRAR ESTE MÊS 1ª DEFLAÇÃO DESDE 2006
- INDICADORES DE CRÉDITO MOSTRAM FUNDO DO POÇO E RECUPERAÇÃO LENTA, DIZ SERASA
- ALTA DO PIB DE 2017 CAI DE 0,40% PARA 0,39%, APONTA FOCUS
- BIS: CONDIÇÕES ECONÔMICAS ESTÃO MAIS FAVORÁVEIS
- CÂMBIO PARA FIM DE 2017 SOBE DE R\$ 3,30 PARA R\$ 3,32
- BC DOS BCs VÊ RISCOS EM TAXAS DE JURO BAIXAS E COBRA ELEVAÇÕES

- TRABALHADORES IRÃO À JUSTIÇA CONTRA PRESIDENTE DA ELETROBRAS
- ELÉTRICAS ATRAEM INVESTIDORES MADUROS
- ESTATAIS DE ENERGIA PODEM ATRAIR R\$ 30 BI
- RECEITA LANÇA AMBIENTE DE TESTE DO eSOCIAL PARA EMPRESAS
- MAIOR RECALL DA HISTÓRIA LEVA À VENDA DE FABRICANTE DE AIRBAGS
- NA ZF, CARRO AUTÔNOMO É JORNADA, NÃO DESTINO
- PSA APRESENTA AUTÔNOMOS AO PÚBLICO
- DUNLOP DO PARANÁ CHEGA A 12 MILHÕES DE PNEUS
- BB JÁ CONCEDEU R\$ 500 MI PARA COMPRA DE CARROS VIA MOBILE
- CITROËN JUMPY CHEGA AO BRASIL EM OUTUBRO

CÂMBIO		
EM 26/05/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,310	3,311
Euro	3,706	3,708

Fonte: BACEN

Centrais sindicais divergem e desistem de greve geral no dia 30

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Enfrentando divergências internas após intervenção do governo Temer, as centrais sindicais desistiram, nesta sexta (23), de convocar uma greve geral para o dia 30, como anteriormente anunciado.

Após três horas de reunião, dirigentes de nove centrais divulgaram nota em que apresentam um calendário de mobilizações, mas sem usar a expressão greve geral. Dirigentes de Força Sindical, UGT, Nova Central e CSB deverão se reunir na semana que vem com o presidente Michel Temer. CUT e CTB poderão ser convidadas. "Vamos parar o Brasil", diz a nota.

Pesou para a decisão a constatação de que os trabalhadores da área de transportes, especialmente os de São Paulo, não parariam no dia 30. Os metroviários resistiram

sob argumento de que foram punidos com perda de quatro dias de salário em decorrência da greve do dia 28 de abril.

Mas não foi só. A Força Sindical recuou após forte articulação do governo Temer. Nesta semana, dirigentes de Força, UGT, Nova Central e CSB foram convidados para uma reunião com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Ficou acertada uma audiência com o presidente.

Segundo participantes, o ministro manifestou o temor de que o dia fosse marcado pelo "Fora Temer" e acenou com a possibilidade de manutenção da contribuição sindical e a extinção gradativa do imposto.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) admite a suspensão da contribuição. A Força Sindical reivindica sua permanência. Diante da possibilidade de negociação, a Força passou a defender que o dia 30 tivesse o caráter de dia nacional de mobilização e paralisação.

O secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o "Juruna", afirma que o "governo sinalizou com o diálogo" ao admitir a hipótese de veto ou edição de uma MP sobre o tema. E acrescenta: "Não é greve geral. É paralisação nacional, de acordo com a força de cada central".

O recuo expõe rachas entre as diferentes centrais. Os bancários, filiados à CUT, defendiam adesão à greve. Metroviários, não.

As divergências foram expressas na quinta-feira (22), nas notas divulgadas pela Força Sindical e CUT. Pela manhã, a Força Sindical divulgou um comunicado orientando seus filiados a realizarem "atos, manifestações e paralisações em suas bases" na próxima sexta-feira (30).

À tarde, a CUT divulgou uma nota cujo título diz reforçar "greve do dia 30 contra as reformas de Temer".

Câmara analisa projeto que iguala dirigentes de associações aos de sindicatos

26/05/2017 – Fonte: Portal Câmara (postado em 23-06-2017)



Erika Kokay relatou a proposta na Comissão de Legislação Participativa: medida favorece a livre organização e amplia os mecanismos de defesa coletiva dos trabalhadores

A Câmara dos Deputados analisa projeto de lei que iguala os dirigentes e representantes de associações de trabalhadores aos dirigentes sindicais.

A proposta, ainda não numerada, foi elaborada pela Comissão de Legislação Participativa a partir de uma sugestão ([86/16](#)) apresentada pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil.

A proposição estende aos representantes das associações as garantias dadas aos dirigentes sindicais pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei [5.452/43](#)), que é alterada pelo projeto.

Transferência ou dispensa

Entre essas garantias, está a de não poder ser impedido do exercício de suas funções nem transferido para lugar que dificulte o desempenho das atribuições sindicais.

A lei vigente também proíbe a dispensa do empregado sindicalizado ou associado em cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional.

Livre organização

O texto foi relatado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e aprovado no último dia 13 pela Comissão de Legislação Participativa. Segundo a parlamentar, a medida favorece a livre organização e amplia os mecanismos de defesa coletiva dos trabalhadores.

“Dada a similaridade da atuação dos representantes das associações de trabalhadores com a atuação dos dirigentes sindicais, é justo que se estendam as garantias que a ordem jurídica trabalhista já coloca à disposição das organizações sindicais”, afirmou Kokay.

Tramitação

A proposta será numerada e analisada por comissões técnicas da Câmara.

Íntegra da proposta:

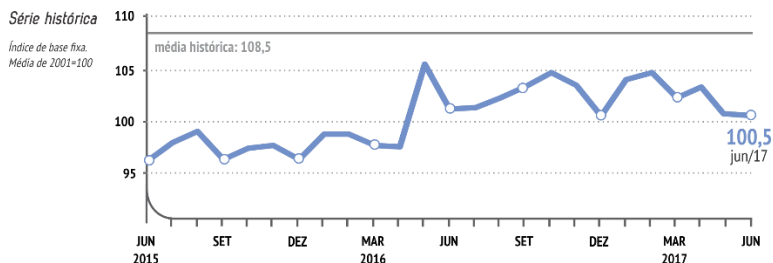
- [SUG-86/2016](#)

Confiança do consumidor fica estável

26/05/2017 – Fonte: CNI

O INEC de junho de 2017 registra 100,5 pontos, praticamente o mesmo valor do mês anterior (100,6 pontos) e de junho de 2016 (101 pontos). Este índice é também 7,4% inferior à média histórica. Desde junho de 2016 o INEC oscila entre 100 e 105 pontos.

Junho/2017



Confiança do Consumidor cai 1,9 ponto em junho ante maio, diz FGV

26/05/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 1,9 ponto em junho ante maio, na série com ajuste sazonal, informou nesta segunda-feira, 26, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que divulgou a Sondagem do Consumidor. Com o resultado, o ICC devolveu a alta verificada em maio ante abril. A nota divulgada pela FGV diz que a “piora da confiança pode ser reflexo do aumento da incerteza política após 17 de maio”, quando foi revelado o acordo de delação premiada de executivos do frigorífico JBS, que envolve o presidente Michel Temer.

“A piora das expectativas em junho foi fortemente influenciada pelo aumento da incerteza após os eventos de maio e dos riscos de que estes possam impactar negativamente a economia. A sondagem apurou piora das expectativas para o emprego e para as finanças familiares, o que, como em um efeito cascata, também reduzem o ímpeto para compras de bens duráveis nos próximos meses”, diz a nota divulgada há pouco.

Segundo a FGV, tanto as percepções em relação à situação atual quanto as expectativas apresentaram resultados inferiores ao mês anterior. O Índice da Situação Atual (ISA) registrou sua terceira queda consecutiva, ao passar de 70,5 para 70,1 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE), que havia se recuperado em maio, recuou 2,9 pontos, para 91,7 pontos.

O indicador que mede as perspectivas em relação à situação financeira das famílias foi o que mais influenciou na queda do ICC em junho, com queda de 5,6 pontos em relação ao mês anterior, para 89,9 pontos.

"A piora das expectativas sobre a economia, em razão da instabilidade política, juntamente com a dificuldade de recuperação do mercado de trabalho, são fatores que parecem estar contribuindo negativamente na hora dos consumidores pensarem em sua situação financeira familiar fazendo com que as expectativas sobre as finanças familiares e o consumo de bens duráveis tenham se apresentado muito instáveis nos últimos meses", diz a nota da FGV.

Empresariado prefere continuar com Temer e evitar turbulência, diz CNI

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Edifício da CNI em Brasília; para presidente da entidade, a economia descolou da crise política

"Todo o empresariado prefere continuar com o presidente Michel Temer. Hoje a posição é essa: é melhor seguir e fazer a transição no país. Chega de turbulência." A afirmação é de Robson Andrade, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que reúne as 27 federações industriais, 1.250 sindicatos patronais, aos quais estão filiados quase 700 mil companhias.

"O processo de escolha de um novo governo demoraria meses, até o final deste ano, para depois no ano que vem já termos campanha para as eleições", diz.

Para Andrade, a economia descolou da crise política. "A inflação caiu, o dólar subiu um pouco, o que foi bom para a indústria. Mas não se sabe o que pode acontecer."

A construção civil, lembra ele, continua a sofrer pela falta crédito, de financiamento público, dadas as restrições de instituições bancárias.

"Bancos públicos anunciam renegociação de dívidas, como a Caixa, mas não têm mecanismos, autonomia, que permitam alongar prazos, diminuir juros, dar carência." No BNDES, é grande a dificuldade em aprovar projetos.

"Leva-se mais de um ano para conseguir a aprovação porque [funcionários] podem ser questionados pelo Ministério Público. Órgãos ambientais também estão paralisados [pelo mesmo receio]."

Preocupados com a estagnação da produtividade, um grupo de 104 CEOs da entidade encomendou a universidades o estudo Indústria 2027 sobre oportunidades e desafios após as últimas inovações.

"Como internet das coisas, nanotecnologia e inteligência artificial afetam a competitividade do produto nacional e qual o seu potencial. É uma agenda imprescindível para a modernização da indústria."

Industria e importador devem mencionar o CEST a partir de 1º de julho

26/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Estabelecimentos industrial e importador devem mencionar o CEST a partir de 1º de julho no documento fiscal

O Governo do Estado do Rio de Janeiro promoveu alterações no Regulamento do ICMS, tornando obrigatório o preenchimento do Código Especificador da Substituição Tributária (CEST).

Através do Decreto nº 46.025/2017, publicado no DOE RJ desta quarta-feira (21/06), o contribuinte deverá mencionar o respectivo CEST nos documentos fiscais que amparam as operações com mercadorias ou bens listados nos Anexos II a XXIX do Convênio ICMS nº 92/2015, ainda que a operação, mercadoria ou bem não estejam sujeitos aos regimes de substituição tributária ou de antecipação do recolhimento do imposto.

A norma ainda dispõe sobre a inclusão do CEST dentre os códigos fiscais utilizados na emissão dos documentos fiscais. Neste sentido, estabelecimentos industrial e importador devem mencionar o CEST no documento fiscal a partir de 1º de julho de 2017.

Para os demais setores, o Convênio ICMS nº 92/2015 fixa os seguintes prazos:

- Atacadistas: a partir de 1º de outubro de 2017;
- Demais segmentos: a partir de 1º de abril de 2018.

Início da obrigatoriedade

Para todos os Estados, de acordo com o Convênio ICMS 60/2017, a obrigatoriedade de indicação do Código Especificador da Substituição Tributária (CEST) nos documentos fiscais inicia-se em 1º de julho de 2017, no caso de estabelecimentos industriais e importadores.

No caso dos estabelecimentos atacadistas, o uso obrigatório deverá acontecer a partir de 1º de outubro de 2017; e, para os demais segmentos, o uso obrigatório será somente a partir de 1º de abril de 2018.

Simuladores Fiscais

O Convênio ICMS 52/2017 consolidou, em apenas um Ato Legal, todas as diretrizes a serem observadas na aplicação da substituição tributária, que antes desta publicação era regida por diversos Convênios ICMS.

O Código Especificador da Substituição Tributária (Cest) da mercadoria deverá ser indicado na Nota Fiscal, ainda que a operação não esteja sujeita ao regime de substituição tributária do ICMS.

Entre as operações não sujeitas ao regime de substituição tributária, em que ainda assim será obrigatória a indicação do Cest, destacamos aquelas em que o Estado de destino não seja signatário do regime.

Customização e rastreamento de produtos são diferenciais da Indústria 4.0

26/05/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Conhecer a origem de cada matéria-prima que compõe um produto, ter a opção de customizá-lo a distância pela internet, acompanhar as condições de transporte e armazenagem. Essas são as possibilidades que a Indústria 4.0 traz para os

consumidores. Para os donos de indústrias, esse modelo propicia monitoramento e manutenção remota de equipamentos, além de economia de energia e de insumos.

Pesquisador na Universidade Federal do ABC, o consultor e especialista em Indústria 4.0 Paulo Roberto dos Santos explicou que a principal diferença do processo industrial existente hoje no Brasil em relação a esse novo conceito é a existência de um fluxo de informação em toda a cadeia produtiva. Segundo ele, a troca de dados possibilita o acesso do gestor e do consumidor às informações sobre cada parte da produção.

“O primeiro [benefício da Indústria 4.0] é a transparência nos negócios. Ela prevê que o fluxo de informação em todo o processo produtivo seja feito de forma automática. Então, todos os dados do processo de produção estão disponíveis para a gestão da empresa”, diz. Com essas informações em mãos, é possível, segundo o pesquisador, identificar necessidade de manutenção de equipamentos e ter maior controle sobre os custos operacionais, evitando o desperdício de insumos e de energia.

A tecnologia agregada a esse conceito, explica Santos, possibilita uma produção mais sustentável. “Entendo que essa condição de otimização dos recursos, energia e insumos é inerente à Indústria 4.0, ou seja, ela traz automaticamente esse conceito. Como conheço tudo que está acontecendo no processo, ou seja, eu tenho transparência no processo, fica mais fácil administrar como está a demanda de energia, de insumos. De forma concreta, a Indústria 4.0 é um facilitador para a gestão de sustentabilidade”, acrescenta.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o consenso entre os especialistas é de que “a indústria nacional ainda está em grande parte na transição do que seria a Indústria 2.0, caracterizada pela utilização de linhas de montagem e energia elétrica, para a Indústria 3.0, que aplica automação por meio da eletrônica, robótica e programação”.

A entidade acredita que a indústria nacional não pode ignorar o crescimento da Indústria 4.0 no processo produtivo e defende que o país precisa de lideranças fortes e articuladores na indústria, no governo e nas instituições acadêmicas e de pesquisa.

Alimentos

Para Santos, outra característica considerada importante, principalmente para o setor de alimentos e bebidas, é a rastreabilidade do processo produtivo. Por meio da tecnologia da Indústria 4.0, tanto consumidor como o produtor teriam acesso a todos os dados da vida de um produto alimentício.

“Uma vez aplicado esse conceito na cadeia completa, você pode ter a rastreabilidade desde a fazenda até o consumidor. Basta escanear, no próprio celular, o código do pote de iogurte para saber em que fazenda foi produzido o leite, como foi transportado até a empresa de beneficiamento, como se transformou em produto final e como foi transportado até o supermercado”, exemplifica o pesquisador.

Customização

O especialista explica que a produção de produtos personalizados, por meio desse sistema de informação automatizada, começaria a partir de um aplicativo no celular ou pelo site. “Você faria a especificação [do produto desejado], e o sistema de comando da produção receberia essa informação e faria os ajustes automaticamente, produzindo conforme as características e a necessidade de cada um. Basicamente, estamos falando em ter conectividade”, afirma.

Além de personalizar o produto, o consumidor poderia saber, por exemplo, em que estágio da produção está o seu produto, o que foi usado para produzi-lo, como foi a condição de transporte e de armazenagem daquele produto. “Você teria plena rastreabilidade de cada matéria-prima utilizada no processo”, diz Santos.

Feira

A 33ª edição da Feira Internacional de Tecnologia para a Indústria de Alimentos e Bebidas (Fispal), que ocorre nesta semana na capital paulista, apresentará o conceito da Indústria 4.0 por meio de uma linha de produção real. Na hora, o consumidor poderá criar um produto customizado, de acordo com as características escolhidas por ele. Mais informações podem ser obtidas no [site do evento](#).

A diretora da Fispal Tecnologia, Célia Iwaki, destaca que a feira se consolidou como a principal do setor na América Latina. "De destaque [neste ano], temos o que há de mais inovador no mundo industrial, que é a quarta revolução industrial, chamada Indústria 4.0, e nós teremos um demonstrador lá, com as tecnologias desse modelo, voltadas para a indústria de alimentos e bebidas", diz. No evento, haverá também um fórum que vai debater melhorias na gestão industrial, sustentabilidade, aumento de produtividade e redução de perdas no setor de alimentos e bebidas.

A Fispal ocorre de terça (27) a sexta-feira (30), das 13h às 20h, na São Paulo Expo (Rodovia dos Imigrantes, km 1,5, capital paulista). A entrada é gratuita e livre para todos os públicos.

Deputados defendem medidas de apoio a novos empreendedores de tecnologia

26/05/2017 – Fonte: Portal Câmara (postado em 22-06-2017)



Thiago Peixoto: é preciso derrubar entraves legais e evitar que as startups deixem o País

Deputados que participaram nesta semana de evento da empresa Google em São Paulo querem mais recursos para inovação e estímulo a startups. O Google comemorou o primeiro aniversário do seu Campus São Paulo, um espaço voltado a novos empreendimentos de tecnologia, as chamadas startups.

O coordenador da Frente Parlamentar Mista da Economia Digital e Colaborativa, deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), conversou com representantes das startups que cobraram uma legislação de apoio à inovação. O deputado afirmou que a frente vai atuar para derrubar entraves legais e evitar que as startups deixem o País.

"Estamos perdendo nossas startups para o Paraguai, por exemplo, que tem uma legislação muito mais avançada. É fundamental que a Frente Parlamentar de Economia Digital avance no debate de saídas legais para aumentar a participação brasileira. Regulamentar, mas no sentido de incentivar a inovação e as startups", explicou Thiago Peixoto.

O coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Internet Livre e Sem Limites, deputado JHC (PSB-AL), que também participou do evento em São Paulo, defendeu a destinação de pelo menos 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do País para a inovação com foco na economia criativa.

Para JHC, os aplicativos para educação desenvolvidos por empresas do Campus do Google representam a chegada de um novo modelo de ensino. "Nossos professores, de forma fácil e prática, através de alguns provedores de aplicação, já têm acesso a um tipo de conteúdo inovador e complementam as suas aulas com informações de outros lugares do planeta, inclusive através de realidade aumentada, em que, por

meio de óculos 3D, crianças no meio da Amazônia conseguem ter acesso ao Masp [Museu de Arte de São Paulo] ou ao Museu do Amanhã, enfim, conseguem ter contato com outras realidades", afirmou.

Modelo educacional

O educador português José Pacheco, crítico do sistema tradicional de ensino, argumenta que os alunos do século 21 não podem trabalhar como no século 19. Atualmente morando em Brasília, Pacheco conduz em torno de 100 projetos educacionais em todo o País. Para ele, as competências a serem trabalhadas com os alunos neste século são outras e o modelo educacional precisa ser reformulado.

"Não se pode utilizar a internet apenas no contraturno nem se pode utilizar a internet só para ver páginas de redes sociais ou jogos idiotas em que não se aprende nada, ou até para degradar ainda mais o campo da moral e da ética, que já estão tão degradados, mas ir à internet para uma educação integral, ou seja, emocional, afetiva, estética e ética.

Quando penso na internet, eu penso na oportunidade ímpar de acesso à informação, mas devidamente controlada pelo educador, porque a educação faz-se a todo momento, em qualquer lugar, e a internet está disponível a todo momento, em todo lugar", declarou.

Pacheco avalia que as mudanças passam pela formação de professores e pelo envolvimento do Congresso Nacional na elaboração de políticas públicas.

Por melhorias, empreendedores adotam sistemas de grandes empresas

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O empresário Expedito Eloel Arena, fundador da rede de franquias Casa do Construtor

Grandes corporações, que precisam criar padrões adequados a diferentes unidades industriais, acabam desenvolvendo métodos globais capazes de aumentar a eficiência nas linhas de produção. Essas soluções podem ajudar pequenas empresas a melhorar seus processos.

"Testamos diversas alternativas até chegarmos ao Lean [modelo de gestão inspirado em práticas e resultados do Sistema Toyota], e conseguimos melhorar nossos resultados", diz Expedito Eloel Arena, fundador da rede de franquias Casa do Construtor, criada em 1995.

A implementação do método japonês é feita individualmente pelos franqueados.

"Logística, vendas e manutenção são três áreas fundamentais, só que elas não se conversavam. Com o Lean, conseguimos promover interações, otimizar nossos serviços e comparar o desempenho em diferentes unidades", afirma Arena.

Algumas soluções estão disponíveis na internet, em sites de instituições ligadas ao empreendedorismo ou mesmo nos portais das empresas que criaram o método. Além disso, há no mercado palestras e cursos que ensinam como adaptar processos e aumentar a eficiência.

Contudo, as fórmulas são apenas parte do caminho e podem exigir investimento. A rede Outer Shoes, do setor de calçados, gasta cerca de R\$ 5.000 por loja para a implementação de um sistema de controle inspirada na telemetria da Fórmula 1.

"Na F-1, os problemas com o veículo são resolvidos durante a corrida. Se deixarem para depois, o piloto jamais subirá no pódio", diz Filipe Lamim, diretor de expansão da Outer Shoes.

"Fazíamos reuniões mensais em busca de soluções, mas já era tarde demais, a venda perdida não volta. Agora, identificamos os problemas e tentamos solucioná-los imediatamente", explica o executivo.

Colocado em prática há cerca de um ano, o sistema de telemetria é um compilado de vários aplicativos e softwares disponíveis no mercado. As ferramentas monitoram as lojas e as vendas, dando um panorama de tudo em tempo real.

Segundo Lamim, este ano a empresa apresenta expansão de 40%. "O incremento no fluxo de clientes foi de apenas 10%, o restante se deve à mudança na gestão".

"A tendência é que os custos para importar práticas de grandes corporações caiam cada vez mais, já que mais empresas passarão a usar esses novos sistemas e a venda ou compartilhamento em escala leva à redução dos custos", diz Maria Fernanda Junqueira Victaliano Ferreira, consultora do Sebrae-SP.

A empresa de tecnologia Reamp optou por adotar os métodos Scrum e Kanban, ambos baseados em agilidade e interatividade.

"Há diferentes grupos de funcionários, e cada um possui uma liderança própria. Com foco nos feedbacks, eles fazem reuniões diárias de cinco minutos para repassarem o andamento dos projetos", explica Emmanuel Santana, executivo da Reamp.

Dessa forma, conta ele, as decisões são tomadas de forma mais rápida, descentralizadas. "Todos têm voz ativa na companhia, evitamos que problemas sejam mascarados pela hierarquização", destaca Santana.

CASO A CASO

Para a consultora do Sebrae-SP, é importante que o empreendedor adapte o programa à sua realidade. "Aplicar um método que está dando certo em uma empresa não necessariamente dará em outra", afirma Ferreira.

E só a adoção de uma lista de regras não é suficiente. "Métodos contribuem para a produtividade, mas é necessário que haja mudança na cultura empresarial", diz Guto Ferreira, da ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

*

CONHEÇA ALGUNS DOS MÉTODOS

LEAN

Baseado no Sistema Toyota de Produção, o método consiste em reduzir desperdícios. Em alguns casos, a simples mudança de posição dentro de uma linha de montagem já garante ganhos

KANBAN

Por meio de um quadro e cartões coloridos ("kanban" é cartão em japonês), a empresa consegue sinalizar fluxos de produção, otimizar estoque e programar pausas para manutenção

SCRUM

Sistema que prevê agilidade no desenvolvimento de produtos. Os projetos são

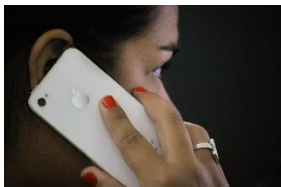
divididos em ciclos, e as equipes fazem breves reuniões regularmente para acompanhar o andamento de cada atividade

TELEMETRIA DE F-1

Controle dos processos de produção e vendas por meio de reuniões diárias e softwares que medem o desempenho e permitem resolver problemas sem perda de tempo.

Empresas podem ser obrigadas a receber chamadas de consumidores pelo celular

26/05/2017 – Fonte: Portal Câmara



- [Veja a pauta completa da CCT](#)
- Proposições legislativas
- [PLC 201/2015](#)
- [PLS 445/2016](#)

A [Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática \(CCT\)](#) pode votar, na quarta-feira (28), projeto de lei do senador Roberto Muniz (PP-BA) que obriga as empresas prestadoras de serviço regulados a oferecer atendimento telefônico ao usuário que ligar de aparelho celular ([PLS 445/2016](#)).

Atualmente muitos desses serviços de atendimento só funcionam de forma gratuita se o consumidor ligar de telefone fixo. O projeto estabelece que as ligações de linhas móveis também serão gratuitas, sem qualquer ônus aos consumidores.

O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), concordou com a iniciativa e ressaltou que a gratuidade das ligações é medida essencial. "Sem isso, os usuários seriam obrigados a pagar para registrar reclamações junto às prestadoras, o que se mostra absolutamente inapropriado", disse em seu relatório.

O projeto será votado em decisão terminativa. Se for aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

Recursos para Fundo Científico

Os parlamentares devem votar também o [PLC 201/2015](#), que cria nova fonte de receita para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O projeto destina 1% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares ao fundo.

Favorável ao projeto, o relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), afirmou que o Brasil ainda deixa muito a desejar no que se refere ao investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Ele citou dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação segundo os quais o Brasil investe cerca de 1,2% do produto interno bruto (PIB) no setor, enquanto países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) investem o dobro disso. Nações como Israel e Coreia do Sul chegam a investir mais de 4% do PIB.

Depois da votação na CCT, a proposta será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

VÍDEO: Brasil precisa investir em inovação. Veja no Minuto da Indústria

26/05/2017 – Fonte: CNI

O país está na 69ª posição do Índice Global de Inovação. Para mudar esse cenário, o SENAI tem investido na rede de 25 Institutos SENAI de Inovação, que atuam em parceria com a indústria, para impulsionar a competitividade do setor

O Brasil não melhorou seu desempenho em inovação e manteve a 69ª colocação no Índice Global de Inovação, divulgado no último dia 15, na Suíça, pela Universidade Cornell, a escola de negócios Insead e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual ([Ompi](#)). O país precisa investir mais em inovação para as empresas serem mais competitivas e ajudarem a nação a voltar a crescer. Apesar disso, o indicador traz pontos positivos como o bom desempenho do Brasil em itens como a qualidade das universidades.

Outro destaque da semana é a série de reportagens sobre os Institutos SENAI de Inovação, que desenvolvem tecnologias para a indústria do futuro, como o FlatFish, um robô autônomo que, sozinho, é capaz de planejar e fazer a inspeção de dutos de exploração de petróleo no fundo do mar.

O equipamento, com investimento de R\$ 40 milhões, foi feito em parceria pelo Instituto SENAI de Inovação em Automação da Produção, sediado no campus integrado do SENAI-Cimatec em Salvador, com a petroleira multinacional Shell e o Instituto Alemão de Pesquisa em Inteligência Artificial DFKI.

O Minuto da Indústria também mostra que depois de quatro meses de estabilidade, a confiança dos empresários voltou a cair em junho. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu para 51,9 pontos. Os empresários estão menos otimistas em relação ao desempenho das empresas e da economia nos próximos seis meses. A CNI observa, no entanto, que o índice de junho é insuficiente para estimular o investimento industrial.

SAIBA MAIS - O Minuto da Indústria é uma produção da Agência CNI de Notícias veiculado todas as sexta-feiras. O vídeo traz os principais assuntos que foram destaque na semana sobre a indústria brasileira e internacional. Acompanhe! <https://www.youtube.com/watch?v=oIZEFgo3bMA>

Em 2016, obter crédito foi mais difícil para empresas familiares

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

De um ano para cá, as empresas familiares brasileiras passaram a se preocupar menos com o aumento no custo dos insumos e mais com a obtenção de crédito e a incerteza política e econômica.

A conclusão é da auditoria KPMG. A porcentagem de empresas que tiveram dificuldade de acesso a financiamento nos seis meses anteriores aumentou de 37% para 43% em relação ao ano anterior.

"As instituições financeiras passaram a exigir mais garantias reais e fazer avaliações de crédito mais detalhadas, sendo mais rigorosas", avalia Sebastian Soares, sócio da KPMG no Brasil.

O estudo converge com pesquisa da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que afirma que, entre indústrias que buscaram crédito em 2016, 56,7% encontraram condições piores que no ano anterior.

A principal forma de captação de recursos das empresas familiares, segundo a KPMG, são empréstimos e financiamentos bancários (64%), seguidos de investimentos dos próprios proprietários (24%).

Na primeira pesquisa, feita no fim de 2015, a inflação havia fechado o ano em 10,67%. A segunda foi um ano depois, pós-impeachment, com cenário de baixa inflação e expectativa de fim da recessão.

Pela mudança no cenário econômico, a alta nos preços perdeu importância entre as empresas, com inflação passando de principal preocupação de 34% das empresas para apenas 9%. Outro sinal de otimismo é que 70% estão confiantes em relação ao futuro da empresa, ante 42% da pesquisa anterior.

Empresas familiares são as que têm uma ou mais famílias no controle, de qualquer tamanho. "No Brasil, as empresas querem continuar sendo familiares, diferentemente dos Estados Unidos, onde a primeira ideia é vender o negócio", diz Sidney Ito, também sócio da consultoria.

A pesquisa analisa ainda a quantidade de reuniões de conselho de administração -mais de dez por ano, em 53% das empresas-, sinal de independência da gestão. No Brasil, 53% das empresas familiares têm um conselho de administração. Na Europa, são 73%.

Finanças aprova criação de conselhos federal e regionais de técnico industrial e agrícola

26/05/2017 – Fonte: Portal Câmara (postado em 23-06-2017)



Pereira: A medida garantirá que a fiscalização profissional dos técnicos industriais e agrícolas seja realizada de forma efetiva

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou o Projeto de Lei 5179/16, do Executivo, que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas.

As profissões de técnico industrial e técnico agrícola foram regulamentadas pela Lei [5.524/68](#) e pelo Decreto [90.922/85](#). Pelo decreto, esses profissionais só podem exercer suas atividades depois do registro em conselho profissional, que até hoje não existe.

Atualmente, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) tem desempenhado a normatização dessas duas categorias.

O parecer do relator, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), foi favorável à proposta e pela aprovação parcial das [emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público](#). "A aprovação do projeto é de grande importância para que a fiscalização profissional dos técnicos industriais e agrícolas seja realizada de forma efetiva pelo Poder Público", disse.

Os conselhos

A proposta enquadra os conselhos como autarquias com autonomia administrativa e financeira e com imunidade tributária. As entidades serão responsáveis por orientar,

disciplinar e fiscalizar a atuação dos técnicos. Pelo texto, elas serão compostas por uma diretoria executiva e um plenário para deliberação por conselheiros eleitos.

Os conselhos serão mantidos com rendas de doações, subvenções, convênios e outros rendimentos. Além disso, entrarão na receita das autarquias as anuidades e contribuições dos técnicos industriais e agrícolas, além de multas, taxas e tarifas de serviços, conforme a Lei [12.514/11](#), que regulamenta as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

Alterações

Uma das emendas aprovadas retira do texto a não vinculação a ministério. Segundo o relatório da Comissão de Trabalho, todas as entidades são sujeitas à "tutela" ou supervisão ministerial, de acordo com o Decreto-Lei [200/67](#).

Outra emenda aprovada prevê que a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL) coordena o primeiro processo eleitoral para criação do conselho federal. Pela proposta aprovada, a eleição e a posse devem ocorrer em até seis meses da publicação do projeto em lei. O texto original previa que a eleição ficasse a cargo dos representantes dos técnicos industriais e agrícolas no Crea.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- Íntegra da proposta:
- [PL-5179/2016](#)

'Trabalhar para sobreviver não será mais necessário', diz empreendedor

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O empresário Peter Diamandis crê que o avanço tecnológico criará um mundo em que não será preciso trabalhar para sobreviver.

O barateamento da energia, da comida, do transporte e da informação permitirá um mundo em que as necessidades básicas poderão ser supridas por uma renda mínima distribuída a todos. O trabalho estaria assim ligado apenas à busca de realização.

Cofundador da Singularity University, escola de negócios do Vale do Silício, Diamandis busca ensinar empreendedores a usar a tecnologia para enfrentar problemas globais. Ele virá ao Brasil participar do 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, promovido por CNI e Sebrae, na terça-feira (27).

*

Folha - O sr. apresenta uma visão muito otimista de nossos tempos. Como ser positivo sem ser ingênuo?

Peter Diamandis - Muitas pessoas tendem a romantizar o passado, acreditando que ele era muito melhor do que foi. Estamos vivendo no que é provavelmente o período mais extraordinário da história.

Se observar o último milênio, verá que ele foi marcado por fome, guerra e pragas. [Mas no século passado] o preço da comida foi reduzido à 13ª parte do que era. Hoje, a obesidade mata muito mais do que a desnutrição.

Vivemos no período mais pacífico da história, o número de homicídios é muito mais baixo do que há 50 anos, as chances de você morrer de modo violento são 1/500 do que eram na Idade Média.

Antes, um vírus poderia matar milhões de pessoas, dizimar metade de um país. Hoje, mesmo a gripe aviária ou a gripe suína matam menos de uma centena de pessoas. Temos todas as razões para sermos otimistas quando analisamos os dados.

O que move transformações?

O mundo não está mudando por termos melhores políticos ou estarmos ficando mais espertos, mas devido às ferramentas e tecnologias que criamos. Temos melhor capacidade de comunicação, poder computacional, ferramentas no campo da biologia, inteligência artificial, robótica.

Antes, apenas grandes corporações e governos poderiam solucionar problemas. Hoje, indivíduos têm esse poder. E é isso o que empreendedores fazem.

Como ter certeza de que a tecnologia não será para o mal?

Não podemos ter certeza. Mas, se observar a realidade, verá que ela é usada mais para o bem do que para o mal.

O problema é que a mídia está constantemente olhando para as notícias negativas. Ela faz isso porque nós evoluímos para prestar dez vezes mais atenção às notícias negativas do que às positivas.

Não há ninguém do lado de fora do aeroporto de São Paulo noticiando que não ocorreu nenhum acidente hoje. O que se ouve são apenas notícias ruins, o que nos dá a sensação de que vivemos em um mundo que está falling apart. Mas o fato é que existem aplicações extraordinárias de tecnologia sobre as quais nunca desmoramando.

Qual a função de empreendedores e empresas para inovar?

Para mim, para ter um grande avanço de verdade, é preciso tomar muito risco. Antes de se provar realidade, o que existe é uma ideia maluca.

Os empreendedores são quem geralmente está disposto a aceitar esse risco, porque eles têm menos a perder. Por outro lado, as grandes empresas podem encontrar essas ideias criadas por empreendedores e torná-las disponíveis para muito mais pessoas.

Como a inteligência artificial vai afetar os empregos?

Não sei exatamente e acredito que ninguém sabe se ela irá criar desemprego. A verdade é que vai destruir trabalhos, algo que estamos sempre fazendo conforme a tecnologia se torna melhor.

Mas também inventamos novos trabalhos para substituir os que não existem mais. Então a questão é, vamos criar novos empregos para substituir os que serão perdidos? Talvez. Eu acredito que as pessoas vão atuar em parceria com a inteligência artificial de novas maneiras.

O sr. defende uma renda mínima universal. Qual é a importância da medida?

Isso irá separar ganhar dinheiro para sobreviver de trabalhar. Você terá um trabalho que é aquilo de que gosta de fazer e receberá o dinheiro para pagar sua comida, transporte e saúde a partir de uma renda mínima universal. A tecnologia irá prover melhor saúde e educação, reduzir o custo de energia, de água. Vamos desmonetizar o custo de vida substancialmente.

Já há sintomas dessa redução de custos?

Sim. Por exemplo, há um grande movimento para o desenvolvimento de carros elétricos autônomos. Daqui dois ou três anos, se locomover a partir de um carro desses em serviços como Uber será 10 vezes mais barato do que ter um carro.

Vimos o preço da informação e telecomunicações chegar a efetivamente nada. Hoje, uma pessoa em país pobre na África pode comprar um celular por US\$ 40 e ter, de graça, GPS, câmera de alta definição, biblioteca de livros. Alguém que é muito pobre

consegue acessar algo que nós dois, há 200 ou 30 anos, teríamos de pagar milhões de dólares para ter.

-

h2. Raio-X

Peter Diamandis

Formação

Engenharia aeroespacial e genética molecular no MIT

Empresas

Singularity University, Human Longevity e Planetary Resources

Livros

"Abundância" e "Oportunidades Exponenciais" (HSM)

Paranoia de demissão pós-férias não é razão para adiar descanso

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Depois de três anos trabalhando sem férias numa agência de publicidade, o programador Victor Rodrigues, 28, decidiu tirar 30 dias de descanso no começo de 2013. Quando voltou, foi demitido com a justificativa de corte de custos.

Desde então, o período de descanso garantido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) nunca mais foi sinônimo de paz e sossego para Rodrigues. "É um trauma", conta ele, que agora trabalha numa grande empresa de tecnologia, onde diz se sentir mais seguro. "Mas sempre fica a desconfiança."

Casos como esse não são raros, de acordo com Lidiane Miquilini, da consultoria P2B Capital Humano.

Por uma questão financeira, muitas empresas aproveitam a oportunidade para demitir. "Elas não querem pagar indenização com férias pendentes."

Eduardo Anizelli/Folhapress



O programador Victor Rodrigues, 28, e sua noiva, a publicitária Tabhyta Wohlers, 29. O coach de carreiras Maurício Sampaio explica, no entanto, que trabalhar sem descanso também não é garantia de permanência no emprego. Ao contrário, o profissional "workaholic" não é bem visto no mercado.

"Quem passa mais do que dois anos sem tirar férias perde capacidade de reter informações e fica menos pró-ativo. É uma bomba-relógio", diz Sampaio.

Christian Barbosa, especialista em produtividade, concorda. Para ele, a pausa é importante para o trabalhador melhorar a performance. O tempo necessário para que isso ocorra é variável. "Há quem consiga 'desligar' depois de três dias dentro de casa. E tem gente que só depois de 15 dias", explica.

Porém tirar 30 dias de férias direto não é uma opção para profissionais de algumas áreas e para quem ocupa cargos mais altos.

"Diretores e presidentes costumam tirar férias picadas, porque as tomadas de decisões são deles. A ausência desse profissional gera um impacto muito maior no negócio", afirma Miquilini.

Funcionários do mercado financeiro também encontram dificuldades de férias longas por causa da volatilidade da área.

"O corretor de valores sai de férias com a possibilidade de aprovação da reforma trabalhista. Ela não é aprovada, o dólar dá um pico e os fundos caem. Ele precisa voltar, caso contrário perde dinheiro", exemplifica Barbosa.

TREINAMENTO

As férias também podem ser uma oportunidade para crescimento na carreira. A Elektro usa o período para treinar funcionários para as sucessões internas. A empresa implantou um sistema no qual todos os colaboradores preenchem um formulário com suas informações profissionais, além dos cargos que almejam alcançar.

O mais preparado assume a vaga que deseja durante as férias do titular. Se for bem sucedido, passa a ser avaliado para uma eventual substituição definitiva. "Eu tenho três opções: diretor de serviços, diretor de operações ou diretor comercial", diz Bruno Szarf, 34, executivo de recursos humanos, comunicação e segurança. Ele foi escolhido para cobrir as férias do responsável pela área de serviços no mês que vem.

Mesmo com esse treinamento para sucessões, o executivo afirma que não há o receio na empresa de os funcionários serem substituídos compulsoriamente quando voltam do recesso. "Na cultura que nós temos hoje, se você quer pleitear uma nova vaga, é preciso ter algumas pessoas para assumir o seu lugar", afirma.

Em 2014, quando era recepcionista de uma agência de propaganda, a publicitária Tabhyta Wohlers, 29, treinou uma colega para ficar no seu lugar durante as férias. Noiva de Victor Rodrigues, ela conta que, por conta da experiência traumática do companheiro, ficou com receio de ser mandada embora, mas acabou tendo uma surpresa quando voltou do descanso.

"Fui promovida para uma vaga de atendimento. Eles já sabiam que eu queria, que tinha experiência, mas queriam que eu treinasse alguém para o meu lugar na recepção", diz Wohlers.

Bruno Santos/Folhapress



Bz Bruno Szarf, 34, executivo de RH, comunicação e segurança da Elektro, de Campinas

PLANEJAMENTO

Na hora de tirar férias, rotina flexível não é garantia de sossego de profissionais liberais, como médicos, dentistas e empresários. Nesses casos, os receios são financeiros ou por excesso de centralização do trabalho.

"Desde que você avise o seu cliente, você pode parar a qualquer momento. Mas é preciso planejamento, pois nesse período não vai ter receita", afirma o coach de carreiras Maurício Sampaio.

Dono de uma consultoria de marketing e de um bufê, o empresário Cleber Nunes, 41, ficou oito anos sem férias porque sentia que sua ausência poderia afetar os negócios. Até que, em 2008, acabou internado com uma crise de estresse e obrigado pelo médico a tirar alguns dias de descanso.

Depois do susto, Nunes começou a dar mais valor para os períodos de folga. "Percebi que essa história de trabalhar 14 horas por dia sem parar é um conceito furado de empreendedorismo. É possível produzir de uma forma equilibrada. Agora tiro várias férias", diz ele, que folga por um período de até 60 dias por ano, em pequenos blocos de uma semana.

FERIADO ESTENDIDO

Nunes segue os conselhos do especialista em produtividade Christian Barbosa, para quem esses profissionais devem aproveitar as emendas dos feriados para descansar. "Quando cai numa quinta-feira, ele pode parar a semana toda. De um sábado ao outro domingo, são nove dias de descanso", explica.

"O cliente tem a sensação de que você está sempre presente. E você tem a sensação de que está sempre de férias."

*

Plano de folga

Como descansar sem culpa

Escolha a época

Planeje o descanso com seis meses de antecedência. Negocie o período com seu chefe para não sair em momentos-chave

Prepare o terreno

Treine alguém que possa lhe substituir. Caso não finalize algum projeto, liste o que esteja em "stand by" e faça um roteiro dos processos internos

Fique off-line

Durante as férias, viaje para um destino longe da sua cidade e mude a rotina. Não acesse e-mails e peça para sair dos grupos do WhatsApp

Atenda ao telefone

Não deixe de atender ligações do trabalho. Pode ser urgente. Se não for, explique que está de férias e que há uma pessoa treinada substituindo você

Fatie a folga

Profissionais liberais e empresários podem fatiar as férias em vários períodos. Dê preferência a feriados que podem ser emendados

Não trabalhe demais

Não fique mais do que dois anos sem férias. A produtividade cai e ser "workaholic" não é bem visto no mercado de trabalho

Escassez de crédito privado é gargalo para infraestrutura

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Brasil enfrenta um grande desafio de financiamento de longo prazo para concessões e infraestrutura, afirma o economista Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho.

Em artigo sobre as fraquezas do mercado de capitais brasileiro, o diretor da Anbima diz que, sem reformas, não haverá financiamento privado de longo prazo "nem na próxima década" e "estaremos condenados ao voo de galinha".

Entre 2010 e 2015, BNDES, fundos regionais, Banco do Nordeste e fundos compulsórios foram responsáveis por 70% do financiamento de projetos de longo prazo, enquanto o mercado de capitais contribuiu com apenas 14%, e os bancos

privados, com 16%, aponta Chrysostomo. Em 2015, a fatia dos bancos caiu para 9%, e a do mercado de capitais, para 4%.

A necessidade de soluções privadas cresce com a nova política do BNDES, que cortou financiamentos com juros muito abaixo do mercado.

Criadas em 2011, as debêntures incentivadas (papéis de dívida privada com incentivo tributário) financiaram dez projetos de investimento novos (os "greenfield") de 2012 a setembro de 2016.

Chrysostomo propõe uma transição coordenada pelo aparelho estatal para que os bancos privados assumam o papel hoje feito pelos públicos.

Seria preciso mais instrumentos de crédito via securitizações de recebíveis, fundos de recebíveis, fundos de crédito estruturado, entre outros, que reduzisse aos poucos "a dependência do crédito curto, caro e reduzido dos bancos privados".

Outra ação necessária, segundo ele, é incentivar o mercado secundário.

Reunião entre Temer e aliados tratou da aprovação da reforma trabalhista na CCJ

26/05/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

O ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy (PSDB-BA), disse há pouco que a estratégia para garantir a aprovação da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na próxima quarta-feira, 28, foi a pauta principal da reunião deste domingo, 25, entre o presidente Michel Temer, ministros e aliados.

Na última terça-feira, em plena viagem internacional do presidente, o Palácio do Planalto foi surpreendido por uma inesperada derrota na votação da mesma reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ainda assim, no encontro que aconteceu no Palácio do Alvorada e durou cerca de duas horas não havia nenhum senador presente. "O presidente falou por telefone com pelo menos oito senadores ontem", disse o ministro, que não quis dar detalhes sobre qual a estratégia do governo para não ser surpreendido novamente na votação sobre essa matéria. "Acreditamos que vamos aprovar a reforma com placar bem amplo", afirmou.

Além de Imbassahy participaram os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Torquato Jardim (Justiça), Eliseu Padilha (Casa Civil), Moreira Franco (Secretária-Geral da Presidência), Sergio Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional), e Aloysio Nunes (Relações Exteriores). O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e os líderes do governo no Congresso, André Moura, e na Câmara, Aguinaldo Ribeiro, também estavam presentes.

Apesar de não constar na lista oficial, o advogado de Temer, Gustavo Guedes, foi um dos primeiros a chegar no Alvorada, pouco antes das 18h. Segundo Imbassahy, ainda que Guedes estivesse presente, não foi discutida na reunião o discurso que o governo adotará nesta semana sobre do laudo no qual a Polícia Federal atesta que não houve cortes na gravação do diálogo entre Temer e o empresário Joesley Batista, nem a possibilidade do oferecimento de denúncia contra o presidente pela Procuradoria-Geral da República.

"Se Temer discutiu o assunto com Guedes, foi antes de os demais presentes chegarem", disse. Neste sábado, o presidente viajou a São Paulo para uma agenda extraoficial. Ele se encontrou com seu advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, que trata da defesa no inquérito que corre no Supremo Tribunal Federal, do qual o

peemedebista é um dos alvos. "Estamos esperando acesso ao laudo para nos pronunciarmos", disse Mariz neste domingo.

Perspectiva de aprovação da reforma trabalhista é positiva, diz Meirelles

26/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Declaração de ministro vem após rejeição de relatório pela Comissão de Assuntos Sociais.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta sexta-feira (23) que as perspectivas para aprovação da reforma trabalhista no Congresso são "positivas, independente do resultado na Comissão de Assuntos Sociais". A declaração foi feita durante apresentação do ministro a empresários em São Paulo.

O governo tenta aprovar a reforma trabalhista no Congresso, como aposta para a recuperação da economia. Na terça-feira (20), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado rejeitou, por 10 votos a 9, o relatório da reforma trabalhista elaborado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que era favorável ao texto aprovado pela Câmara. Mesmo assim, a reforma seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça.

"Sofreu aquela derrota na comissão. A expectativa, no entanto, é que de fato a reforma vai ser aprovada. Vamos aguardar. O importante é que está progredindo e as indicações são positivas", disse o ministro.

Questionado em entrevista coletiva após a apresentação sobre qual seria a razão da derrota do governo, o ministro disse que "no processo do Legislativo isso é normal". "Um senador que não veio votar, que perdeu o voto, o outro que teve uma questão do partido, outro porque tem uma questão familiar etc, então tem diversas questões que fizeram com que ocasionalmente isso ocorresse. Mas nós acreditamos que a reforma deve ser aprovada, sim."

"A opinião da comissão é relevante, é importante, qualquer comissão do Congresso é importante. Mas é um parecer, é uma opinião".

Meirelles afirmou que a atual legislação trabalhista é "um dos grandes problemas da economia em termos de custo para produzir no Brasil". Segundo o ministro, a reforma, além de corrigir esse problema, ainda "empodera o trabalhador", na medida em que "o que for acordado possa prevalecer sobre o que possa existir de decisão judicial".

Reforma da Previdência

Para tentar reorganizar as contas públicas, o governo tenta ainda aprovar a reforma da Previdência. "São reformas importantes em qualquer país do mundo", disse Meirelles. "Não devemos nos esquecer de que já foi aprovado o teto dos gastos. O que nós estamos discutindo agora é como garantir a execução do teto à frente, no médio e longo prazo", afirmou.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o crescimento dos gastos públicos foi aprovada no final de 2016. Com a medida, o crescimento dos gastos federais nos próximos 20 anos fica limitado à inflação do ano anterior.

Falando sobre os gastos do governo com aposentados e pensionistas, Meirelles disse que "a Previdência no Brasil, de fato, é um ponto fora da curva" na comparação com outros países.

O ministro voltou a defender que "mais importante do que a ideia de [quando terá] aposentadoria, é a garantia que a pessoa vai receber, porque Previdência quebra. Em vários países já quebrou."

Recuperação da economia

Meirelles indicou ainda que a economia brasileira já dá sinais de recuperação, citando a queda da inflação e dos juros. "A queda da inflação já está levando a um aumento no poder de compra", disse o ministro a respeito do aumento da massa salarial.

O ministro disse ainda que "não será surpresa" se a taxa de desemprego começar a cair a partir do final do terceiro trimestre. Meses antes, Meirelles havia dito que a previsão é que isso acontecesse no segundo semestre deste ano.

"A taxa de desemprego deu uma equilibrada no começo do ano e agora já dá sinais de queda. Não está subindo como estava no ritmo anterior. Agora, vamos aguardar a evolução dos dados econômicos e não seria surpresa se o índice de desemprego começasse a cair a partir do final do terceiro semestre", disse Meirelles nesta sexta.

A taxa de desemprego de abril ficou em 13,6% e atingiu um contingente de 14 milhões de pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa teve a primeira queda mensal do indicador desde novembro de 2014. No entanto, o desemprego se mantém acima do patamar registrado em abril do ano passado.

Crise política

Em entrevista coletiva após sua apresentação, o ministro reconheceu que pode haver algum ajuste na margem das taxas de crescimento da economia neste ano por causa da crise política. "Mas eu acredito na manutenção da tendência", ressaltou o ministro.

Perguntado se ele será candidato à presidência da República, o ministro disse que tem respondido a essa pergunta "recorrentemente, há muito tempo". "Eu não perco tempo pensando em hipóteses ou alternativas, eu tenho um trabalho muito importante no Ministério da Fazenda", respondeu.

Aumento de impostos

O ministro voltou a dizer que, "se for necessário", o governo poderá aumentar impostos, pois "o importante é o equilíbrio fiscal".

"A primeira vez que surgiu essa pergunta, se existiria a possibilidade de aumentar imposto, no ano passado, eu falei: 'olha, não está nos nossos planos aumentar impostos', no caso de 2016, de fato não aumentou. Agora, isso não quer dizer que tem uma decisão aqui de que não se aumenta impostos em nenhuma hipótese."

Setubal defende aprovação da reforma trabalhista

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Congresso Nacional precisa passar urgentemente aprovar a reforma trabalhista, para evitar custos extras para empresas e consumidores, disse neste sábado (24) Roberto Setubal, copresidente do conselho de administração do Itaú Unibanco.

A rigidez excessiva da legislação trabalhista está criando um enorme fardo para os cidadãos, que acabam pagando mais pelos bens e serviços que compram, disse em evento da XP Investimentos.

Segundo o executivo, a turbulência política dificilmente diminuirá nos próximos meses, colocando desafios à ambiciosa agenda de reformas do presidente Michel Temer. As políticas bem-sucedidas até agora ajudaram a mitigar esses riscos, disse ele.

"As pessoas precisam entender que reformar um código trabalhista desatualizado é bom para os negócios, mas em última análise para os consumidores, que estão sobrecarregados com as ineficiências do mercado", disse.

Nesta semana, o governo do presidente Michel Temer sofreu uma derrota na reforma trabalhista no Senado, com a rejeição do relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), por 10 votos contrários e 9 favoráveis na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) da Casa.

A rejeição é um revés político do governo, que conta com a aprovação da reforma, principalmente após o agravamento da crise política.

Apesar do revés, o resultado da votação não interrompe a tramitação da proposta do governo. Isso porque o posicionamento do colegiado é um parecer, e a decisão final cabe ao plenário do Senado.

XP

Setubal disse que o preço pago pelo Itaú Unibanco por uma fatia na XP envolve "taxas de crescimento muito altas" à frente.

O Itaú pagou R\$ 5,7 bilhões por 49,9% da XP em maio para crescer nos segmentos de corretagem e gestão de recursos.

Para ele, manter a XP independente é bom para ajudar a aprofundar a atividade do mercado de capitais a longo prazo.

Paim apresenta à CCJ voto pela inconstitucionalidade da reforma trabalhista

26/05/2017 – Fonte: Senado Notícias

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou nesta sexta-feira (23) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um voto em separado contra a reforma trabalhista ([PLC 38/2017](#)). Para Paim, a proposta do governo Temer deve ser integralmente rejeitada por ser inconstitucional e ameaçar o "projeto de sociedade" que se consolidou no Brasil ao longo do último século.

O voto de Paim é o segundo recebido pela CCJ nesta semana que defende a rejeição completa da reforma trabalhista. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) havia feito o mesmo na quinta-feira (22). O relatório oficial, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), argumenta em favor da aprovação do projeto, sem alterações.

A CCJ deve votar a reforma trabalhista na próxima quarta-feira (28). Antes da votação, todos os votos em separado, que divergem do relatório, serão lidos pelos seus autores. Independente da decisão final da comissão, o PLC 38 seguirá, depois, para o Plenário do Senado.

Direitos

Em seu voto, Paim argumenta que a Constituição Federal de 1988 sacramenta uma "sociedade de direitos", concluindo um processo que se iniciou, segundo ele, com a outorga da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.

"O que se [exprime] é a intenção clara de fazer dos direitos sociais um objeto em permanente construção, em que à consolidação de um direito seguiria a incorporação de outro. Esse projeto se encontra sob ataque. Os grupos que não se conformam com esse projeto de sociedade para todos, que preferem a sociedade em benefício de alguns e exclusão de muitos, se mobilizam para modificar drasticamente esse modelo", alerta ele em seu texto.

O senador também destacou que a reforma, desde o seu início na Câmara dos Deputados, não passou por "amplo debate" com a sociedade civil e tramitou com

“invulgar celeridade”. Segundo ele, a maioria das intervenções que o texto promove sobre a CLT foi apresentada “de forma surpresa” pelo relator na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Para Paim, a reforma trabalhista sofre de “déficit democrático”.

Inconstitucionalidades

Devido ao que percebe como ausência de diálogo com os trabalhadores, Paulo Paim afirma que o PLC 38/2017 é inconstitucional por violar duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) das quais o Brasil é signatário. Essas convenções preveem a discussão de quaisquer modificações da legislação trabalhista com representantes dos empregados e dos patrões.

Paim também diz ver inconstitucionalidades nos pontos do projeto que tratam da regulamentação do contrato intermitente — no qual o trabalhador é contratado por um número específico de horas e pago por hora trabalhada. Para o senador, esse modelo de contratação viola o direito constitucional ao salário mínimo, uma vez que o trabalhador pode receber menos do que esse valor se for convocado para trabalhar por poucas horas em um mês.

A ampliação da terceirização e a diferenciação entre trabalhador autônomo e empregado regular, outras propostas da reforma, retiram direitos ao não garantir ao trabalhador um contrato regular integral, afirma Paim. Também representa inconstitucionalidade, na visão do senador, a previsão de que negociações coletivas possam tomar decisões que contrariem a legislação trabalhista — fenômeno chamado de “negociado sobre legislado”.

Outro dispositivo que Paim questiona é a modificação de regras para o acesso gratuito à Justiça do Trabalho. Na visão do senador, a versão apresentada pela reforma tira de muitos trabalhadores o direito à gratuidade, uma vez que remove da CLT essa garantia a quem apenas declarar não ter condições de arcar com os custos processuais.

União

O senador Paulo Paim afirma que a existência de mais de um voto em separado contra a reforma, não tornará “difusa” a resistência a ela, pelo contrário. Ele lembrou que, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde a proposta foi rejeitada, também havia mais de um voto contrário, mas a oposição de uniu e conseguiu fazer prevalecer um deles — no caso, o de Paim.

— Eu acho que todos os votos em separado que sejam apresentados vão na mesma linha. No caso da CAS o nosso capitaneou, mas mediante um amplo acordo. Entendo que vai acontecer a mesma coisa na CCJ. O importante para nós é rejeitar esse monstro que veio da Câmara e aprovar o voto da oposição — disse o senador nesta sexta-feira.

Paim disse que o seu voto foi preparado em colaboração com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e membros do também de contribuições do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Comissão de Constituição e Justiça deve votar reforma trabalhista na quarta-feira

26/05/2017 – Fonte: Senado Notícias

- [PLC 38/2017](#)

A proposta de reforma trabalhista, contida no Projeto de Lei da Câmara (PLC) [38/2017](#), será submetida a mais uma votação no Senado. Agora é a vez de os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opinarem. A reunião está marcada

para 10h de quarta-feira (28). Um dia antes, haverá duas audiências públicas, pela manhã e à tarde.

Conforme ficou acertado com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), os opositoristas prometeram não fazer manobras para atrasar a votação ou obstruir os trabalhos. Ainda assim, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da proposta nas comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, já avisou que a votação vai ocorrer, mesmo que a reunião entre pela madrugada.

— Acredito [que entre pela madrugada] até pelo debate que vamos fazer. É natural, é do processo democrático que todos expressem suas convicções e divergências. Mas vamos esgotar esse tema na Comissão de Justiça na quarta-feira — afirmou Ferraço em entrevista à [Rádio Senado](#).

Oposição

Animados pela recente vitória na Comissão de Assuntos Sociais, quando derrubaram o relatório de Ferraço, os opositoristas acreditam que poderão virar o jogo também na CCJ ou, posteriormente, no Plenário.

O senador Paulo Paim (PT-RS) já está elaborando seu voto em separado, com a ajuda de entidades representativas de especialistas, advogados e juízes, advertindo que se trata de um projeto que fere a Constituição.

— Na CAS ganhamos por um voto. O voto da consciência, da humanização e da esperança. Semana que vem é na CCJ. Antes, vamos ouvir juristas, empresários e sindicalistas. Quero ver um só que tenha coragem de defender esse projeto como está aqui — afirmou Paim nesta sexta-feira (23).

Até agora, oficialmente, a CCJ recebeu apenas um voto em separado. É de Eduardo Braga (PMDB-AM), que opina pela rejeição. O senador aponta itens do projeto que vão contra os direitos do trabalhador, na opinião dele, e por isso afirma que a proposta não merece a chancela do parlamento.

Braga é mais um peemedebista a se manifestar contra a reforma, a exemplo de Renan Calheiros (AL), Roberto Requião (PR) e Hélio José (DF). Também em entrevista à Rádio Senado, o senador Hélio José (PMDB-DF) afirmou que se o relatório de Jucá continuar semelhante ao apresentado na CAS, ele novamente votará contra.

Pesquisa

Tema de grande interesse nacional, a reforma trabalhista tem sido avaliada pela população na consulta pública aberta no e-Cidadania, na página do Senado na internet. Até a manhã desta sexta-feira, 129,5 mil pessoas se manifestaram contra a proposta. Apenas 5,7 mil participantes registraram voto a favor.

Segundo Paim, essa rejeição é óbvia e reflete a perversidade da proposição:

— É a desumanização da ação política. O homem se transforma num opressor. O país passa a ser uma grande senzala, desta vez não só de negros, mas com brancos, idosos, mulheres, trabalhadores do campo e da cidade. Não podemos aceitar. Isso não é um processo natural do mundo do trabalho. Não é natural. É desumano.

Só mudar idade mínima não resolve Previdência, diz pesquisador da Fipe

26/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Paulo Tafner adverte contra o risco de novas alterações esvaziarem a reforma, tornando-a pouco efetiva e forçando até mesmo aumento de impostos

O economista Paulo Tafner, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP), avalia que a aprovação da reforma da Previdência com apenas a mudança da idade mínima para a aposentadoria vai gerar impacto fiscal "razoável", mas "insuficiente" para melhorar as contas públicas brasileiras.

Durante debate de economistas em evento da XP Investimentos, neste sábado, o especialista avaliou que, se o esvaziamento da reforma da Previdência ocorrer, já em 2019, com o novo presidente, pode ter de ser discutidas novas mudanças nas aposentadorias. O esvaziamento excessivo da reforma pode levar o governo também a ter de elevar impostos, segundo ele.

Alguns economistas e políticos em Brasília não descartam que o texto da Previdência tenha de sofrer novo esvaziamento para que o governo consiga passar as medidas no Congresso, por causa da crise política.

Uma das possibilidades seria manter apenas a idade mínima para a aposentadoria, deixando os outros pontos para o novo presidente. Na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que pode ser preciso fazer uma nova rodada de conversas sobre a Previdência, mas descartou que o governo discuta reduzir a idade mínima para a aposentadoria.

No evento da XP neste sábado, outros economistas, como Zeina Latif e Eduardo Giannetti da Fonseca, também destacaram a necessidade da mudança. "Esta reforma é de primeiríssima ordem", disse Giannetti, mas também é preciso pensar em outras mudanças, como o pacto federativo.

"É preciso resgatar no Brasil um sistema de cidadania tributária em que o cidadão sabe quanto paga de impostos, para onde vai e o que é feito." Para o economista, o dinheiro público precisa ser gasto mais perto de onde é arrecadado, e não redirecionado para Brasília.

Equipe econômica

Giannetti ainda acrescentou que o fator que diferencia o momento atual do presidente Michel Temer do período que precedeu o impeachment de Dilma Rousseff é a "excelente equipe econômica" do peemedebista.

"Esta equipe protege o país de medidas populistas", afirmou, durante debate que integrou o evento da XP Investimentos. O economista observou que não são apenas nomes como o do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mas de técnicos da Fazenda e do Banco Central, além do novo comando das estatais, todos formados por profissionais experientes. Para Giannetti, baixas na equipe seriam um mau sinal. "Tudo isso nos protege da ala podre do governo e é importante que essa equipe permaneça até o fim."

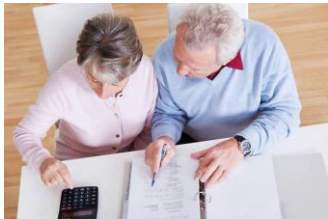
Nas eleições de 2018, o economista disse que todo o quadro eleitoral vai depender da entrada ou não na corrida presidencial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Se o petista disputar as urnas, Giannetti acredita que ele irá para o segundo turno e haverá uma polarização na campanha. Sem Lula, Giannetti avalia que o quadro tende a ficar mais pulverizado, com potenciais candidatos ficando mais dispostos a entrar na disputa.

O raio-X da previdência privada dada pelas empresas

26/05/2017 – Fonte: Exame

56% das empresas brasileiras oferecem planos de previdência privada para os funcionários



Aposentadoria: maioria das empresas escolhem oferecer benefício com percentual do salário de colaboradores (AndreyPopov/Thinkstock)

São Paulo – Com as discussões sobre as mudanças na previdência pública, as pessoas passaram a dar mais atenção a este assunto nas empresas. Assim, o benefício passou a ser mais valorizado pelos funcionários.

Mais de metade das companhias no Brasil, 56%, já oferecem planos de previdência complementar, segundo a consultoria Aon.

A Pesquisa de Benefícios da Aon contou com a participação de 536 empresas. A maior parte da amostragem (65,9%) representa empresas brasileiras. Mas também foram ouvidas multinacionais dos Estados Unidos (12,9%), França (4,2%), Alemanha (2,8%), entre outros países. No Brasil, 82,8% das empresas estão localizadas na região Sudeste e 14,6% na região Sul.

“A previdência privada garante uma proteção adicional aos trabalhadores. Além disso, um programa de educação previdenciária promovido pelas empresas tem papel fundamental neste contexto”, explica Roberta Porcel, líder de consultoria em previdência e serviços atuariais na Aon Brasil.

Atualmente, 70% das empresas que oferecem este benefício escolhem viabilizar a contribuição com um percentual fixo do salário dos colaboradores. Na média, esse valor representa 5,7% da remuneração.

Esse modelo de viabilização é o mais procurado porque é o mais simples, diz a consultoria.

Formato

Os planos oferecidos pelas empresas podem ter três formatos distintos.

No modelo de benefício definido, o valor da aposentadoria é fixo e as contribuições podem variar até chegar ao montante necessário para se aposentar. Cerca de 46% das empresas que oferecem o benefício têm esse modelo.

Já no modelo de contribuição definida, o valor da contribuição é fixo e o valor do benefício é determinado no momento da aposentadoria. Ele é escolhido por 45% das empresas.

Por fim, para o programa de contribuição variável as duas modalidades são combinadas. São 9% dos casos, de acordo com a consultoria.

O risco de oferecer o benefício definido e fixo durante toda a aposentadoria é maior, por conta da maior expectativa de vida da população. “Por isso, a prevalência dessa modalidade vem diminuindo ao longo dos anos”, afirma Roberta Porcel.

Investimento

Os modelos de investimento também mudam de caso a caso. A maior parte das companhias (61%) prefere investir na previdência privada aberta, onde os planos (PGBL, VGBL e FGB) são comercializados por bancos e seguradoras.

Por outro lado, 20% das empresas optam pela previdência fechada viabilizada por um fundo multipatrocinado, também comercializados pelas seguradoras. Apenas 19% escolhem a previdência fechada por meio de um fundo próprio.

ARTIGO: Lobby não é corrupção

26/05/2017 – Fonte: CNI

Para a deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ), relatora da proposta que regulamenta a atividade de relações institucionais e governamentais, regras trarão mais transparência à atuação de grupos de interesse de todos os segmentos da sociedade e às decisões do poder público



Lobby é diferente de corrupção. Numa democracia moderna, a defesa de interesses legítimos de empresas, entidades e organizações junto aos agentes públicos é fundamental para a vitalidade do processo democrático e na tomada de decisões estratégicas pelo Poder Executivo ou Congresso Nacional.

A melhor forma de decidir é ter à disposição inúmeras visões e perspectivas antagônicas em relação ao mesmo fato. Tudo precisa acontecer de maneira transparente para todos os lados, sem movimentos nas sombras ou em conversas sem testemunhas.

É nesse contexto que defendo a regulamentação da atividade de lobby no Brasil, como já acontece nas maiores economias do planeta. Se queremos ser uma nação vibrante, atrativa para investidores e transparente para os cidadãos, precisamos criar um marco regulatório para essa questão. Isso é lobby.

Corrupção é diferente de lobby. O que assistimos nos últimos anos a partir da Operação Lava-Jato — sucessivas prisões de figurões da República, tenebrosas transações e malas de dinheiro sendo distribuídas na calada da noite — é corrupção.

Os denominados “lobistas” pela mídia ou Ministério Público estão bem longe de qualquer definição clássica dessa profissão. O termo ganhou conotação pejorativa e se transformou em sinônimo de tramoias, fraudes contra o patrimônio público e acordos nos quais apenas os envolvidos se beneficiam em prejuízo da sociedade. Isso é corrupção.

Os brasileiros que acompanham o noticiário e ficam estupefatos com a prisão quase diária de “lobistas” precisam entender que essas pessoas são corruptas organizações criminosas que as abrigam. Minha obrigação como parlamentar, eleita pelo povo do Rio de Janeiro, é levar aos meus outros 512 colegas da Câmara dos Deputados e também aos 81 senadores, quando possível, a visão de que o lobby regulamentado será melhor para o país.

Dessa forma, poderemos ter um mapa mais claro dos interesses que gravitam em torno de determinados assuntos em discussão no Poder Legislativo. Tanto aqueles de interesse do setor privado quanto dos trabalhadores, representados nas ações de lobby dos seus sindicatos.

Ao apresentar esse projeto de lei, também ambicionei envolver os brasileiros interessados no assunto. E não são poucos. As consultas feitas mensalmente no Google Brasil sobre esses temas mostram os movimentos dessa opinião pública digital. Há 47 formas de buscas para as palavras lobby e lobista. Por mês, em média, ocorrem 23 mil pesquisas sobre o que é lobista e cinco mil para a expressão lobby.

A discussão do projeto que regulamenta o lobby precisa sair de Brasília. Vou utilizar as redes sociais para chegar a cada um dos 117 milhões de brasileiros com acesso à internet, e assim influenciar a maior quantidade de pessoas nesse debate.

Normatizar o lobby é dar dignidade a uma categoria profissional, hoje confundida com saqueadores do dinheiro público, e permitir que eles saibam — e que todos nós saibamos — como devem trabalhar. É preciso dar transparência às atividades de representação de interesses e regular a forma como são remuneradas.

Acreditar que exista a simples dicotomia entre interesse público e privado não é postura democrática. O interesse público é uma construção que deve ser erguida a partir de instrumentos transparentes. O sistema eleitoral brasileiro, o princípio democrático que estabelece o valor de “uma pessoa, um voto” é o melhor e mais justo que pudemos construir na busca de igualdade, mas é incompleto.

É preciso regulamentar a representação de interesses, garantindo transparência às escolhas públicas e assegurando que agentes privados não prevaleçam sobre os interesses da sociedade, mas possam contribuir com informações para a tomada de decisão.

(Cristiane Brasil é deputada federal pelo PTB do Rio de Janeiro e autora do substitutivo do [PL 1202/2007](#), que regulamenta a atividade de relações institucionais e governamentais).

Brasileiro segue pessimista em relação à economia, mostra Datafolha

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os brasileiros não demonstram otimismo com o discurso do governo de Michel Temer de que a economia está se recuperando da crise.

A maioria da população espera que o desemprego cresça mais e que a inflação aumente, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha entre os dias 21 e 23. O resultado é semelhante ao encontrado no levantamento anterior, realizado na última semana de abril.

Essa estabilidade indica que a crise política deflagrada pelas denúncias de corrupção contra Temer não afetou as expectativas econômicas do brasileiro. Em maio, a divulgação da gravação de uma conversa entre o presidente e o empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, motivou abertura de inquérito contra o peemedebista.

Notícias positivas, como o saldo positivo de empregos formais em maio e a expansão de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro trimestre de 2017, comemorado pelo governo como sinal de fim da recessão, tampouco foram capazes de levantar o ânimo da população.

De acordo com o Datafolha, 54% dos brasileiros acreditam que a taxa de desemprego, que está hoje no nível recorde de 13,6%, vai aumentar mais. O percentual dos que esperam pelo pior é pouco menor do que o encontrado em abril, de 57%.

Outros 21% afirmam que o desemprego vai cair, resultado semelhante ao de abril, quando 20% declararam a mesma posição. Outros 22% esperam que a taxa continue no patamar atual, percentual mais uma vez semelhante ao resultado anterior (21%).

INFLAÇÃO

Em relação à inflação, 55% da população espera que os preços aumentem daqui para a frente. Em abril, 56% declaravam ter a mesma visão.

A expectativa contraria a trajetória do indicador, em queda últimos meses -em maio, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de 3,60% no acumulado em 12 meses, menor taxa em uma década.

Na quinta-feira (22), o Banco Central reduziu sua expectativa de inflação para 2017 de 4% para 3,8%. A visão é compartilhada pelo mercado, que espera que o índice termine o ano abaixo do centro da meta, de 4,5%.

O levantamento feito pelo Datafolha também pesquisou a expectativa do brasileiro em relação ao poder de compra dos salários. Para 41% dos entrevistados, ele vai cair, 29% acreditam que ele vai ficar como está e outros 26% afirmam que ele vai aumentar.

Em relação às pesquisas anteriores, o percentual dos pessimistas chegou ao menor patamar desde o início do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff.

Crise política põe em risco meta fiscal

26/05/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Enquanto a ala política do governo tenta recorrer a um “pacote de bondades” para aplacar a crise que coloca em xeque a gestão de Michel Temer, a área econômica convive hoje com incertezas em torno da arrecadação de mais de R\$ 90 bilhões em receitas extraordinárias que estavam previstas para este ano.

No próximo relatório de avaliação de receitas e despesas, em julho, a frustração de parte delas já deve ser reconhecida. Para economistas, qualquer redução nos valores esperados pode comprometer o Orçamento e ampliar o risco de descumprimento da meta de resultado primário, que prevê déficit de R\$ 139 bilhões.

A equipe econômica reconhece que a meta fiscal é “superapertada” e tenta rechaçar qualquer possibilidade de abrir espaço para benesses diante do quadro atual. Fora o risco às receitas atípicas, há ainda queda de arrecadação decorrente da atividade econômica fraca.

Só esse fator já diminuiu em R\$ 41,22 bilhões a estimativa de receitas administradas para 2017, e o buraco pode crescer ainda mais diante do resultado ruim verificado em maio.

Uma fonte da equipe econômica pondera que mesmo que o governo pretendesse reverter a política fiscal, a meta estipulada não deixaria espaço. E postergar despesas configuraria novamente a adoção das “pedaladas fiscais”, um recurso ilegal, que corroborou processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. A avaliação, no governo é que mesmo a ampliação da concessão de crédito por meio de bancos públicos é uma opção limitada no momento.

Economistas têm chamado a atenção para a dependência muito grande do governo em relação à arrecadação extraordinária.

O grau de incerteza varia entre as iniciativas, que incluem concessões de projetos de infraestrutura à iniciativa privada, reoneração da folha de pagamento das empresas, parcelamentos de débitos tributários (o Refis), dividendos pagos por empresas estatais, repatriação de recursos enviados ilegalmente ao exterior, entre outras. A crise política ampliou exponencialmente indefinição sobre a entrada desses recursos, que já era cercada de dúvidas.

Hoje, o desenho do Orçamento está cheio de "buracos" e, por uma questão legal, algumas baixas terão de ser reconhecidas no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Uma forte candidata a ser retirada da relação é a venda da Caixa Seguridade que, como já reconheceu o presidente da Caixa, Gilberto Occhi, está "suspensa". A operação integra o leque de privatizações que inclui também BR Distribuidora e IRB Brasil Re e que renderia à União R\$ 11,8 bilhões em tributos.

Só com as concessões, são esperados R\$ 27,9 bilhões em pagamento de outorgas neste ano. Mas ainda não foram fechados os editais para os leilões de hidrelétricas, programados para setembro, e de áreas do pré-sal, que devem ocorrer em outubro.

O governo prometeu pelo menos 100 dias entre a publicação dos editais e a realização dos leilões. Caso haja atraso na confecção dos documentos, as disputas podem ficar para os últimos dois meses do ano, o que praticamente inviabiliza o pagamento a tempo de ajudar no primário de 2017.

Judicialização

Além disso, os investidores interessados demonstram insegurança com o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) não ter julgado ainda o mérito de todas as ações sobre os leilões de usinas hidrelétricas da Cemig, cujas concessões já venceram. O governo conseguiu derrubar as liminares que impediam o leilão, mas muitos interessados estariam receosos com a judicialização.

"Há um certo otimismo exagerado do governo. Temos tido uma entrada importante de recursos para a compra de ativos que estão baratos, mas não vemos a agenda de concessões acontecendo. A realização ainda não se observa no fiscal", diz o economista Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. A instituição calcula que, dos R\$ 27,9 bilhões previstos pelo governo, entraram apenas R\$ 2 bilhões, sobretudo de outorgas de leilões passados.

Fabio Klein, da Tendências, prevê grande frustração no programa de concessões, com arrecadação de apenas R\$ 10 bilhões. "A crise política afetou o programa de concessões de duas maneiras: fez boa parte dos envolvidos ter de se preocupar mais com uma agenda de defesa de acusações e afastou potenciais investidores", justifica.

"É sempre muito arriscado o governo contar com receitas extraordinárias para cumprir meta de primário, mas essa é a nossa realidade e o que tem sido feito desde a crise de 2008", avalia a economista Vilma Pinto, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV.

A área econômica fez um corte inicial de R\$ 42,1 bilhões no Orçamento deste ano e, até agora, conseguiu liberar apenas R\$ 3,1 bilhões. O desejo é reduzir o contingenciamento ao longo do ano, mas ainda não é possível garantir que isso será possível.

Com a intensificação das incertezas em torno das receitas, Klein avalia que o déficit será de R\$ 148 bilhões. "Nossos cálculos mostram a arrecadação de tributos estagnada em termos reais e já consideram R\$ 37,5 bilhões em receitas não recorrentes como a

repatriação e o novo Refis”, diz o economista. “Estamos contando R\$ 30 bilhões com a repatriação, o que já é uma estimativa otimista.”

Para o diretor executivo da IFI, a meta fiscal ainda é possível, desde que o governo atue para ajustar as contas ao cenário de maior aperto. “Ou o governo sinaliza que as contas vão se realizar, ou a meta cai por terra”, afirma Salto.

“Não vejo a economia reagir tão cedo”, diz Haddad/Insper

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O economista Claudio Haddad, presidente do Conselho de Administração do Insper, viveu o Brasil das crises. Nos anos 80, foi diretor do Banco Central; nos 90, sócio do Garantia, um dos bancos de investimentos mais inovadores do País.

Nada do que viu lá atrás se compara a hoje e seu diagnóstico é desalentador. Diz que a instabilidade política não tem data para acabar e que a economia não melhora no curto prazo. Mas se considera um otimista, porque o combate à corrupção melhora o País.

“O Brasil está como que no meio de uma estática de rádio, mas tem música no fundo”, diz. A seguir, trechos de sua entrevista.

Que cenário o sr. traça para a economia, levando em consideração o atual ambiente político?

A história ainda não acabou. O passado recente tem demonstrado que uma coisa vem depois da outra: é mais uma delação, mais uma nova informação. Estamos em um processo no qual o presidente está ficando cada vez mais fraco. Isso, evidentemente, se reflete na sua capacidade de conduzir o processo político e fazer com que as reformas aconteçam.

Se isso vai chegar num ponto de ruptura, que a tensão fique tão forte, seja no aspecto legal, seja no aspecto popular, e leve a uma renúncia, o mais adequado seria nomear um interino. Já temos eleições marcadas para o ano que vem. Não vejo por que antecipar eleições. Já tivemos interinos. Foi assim quando Getúlio Vargas se suicidou, quando Jânio renunciou. As instituições seriam preservadas.

Nesse cenário extremo, como ficaria a equipe econômica?

Trocar a equipe seria um suicídio. É ela que faz os investidores acreditarem que as coisas podem melhorar. Se entrar uma equipe econômica que pense diferente dessa, entraríamos numa rota caótica, num círculo vicioso do qual dificilmente sairíamos.

E a economia, nesse meio tempo: fica em compasso de espera?

A economia já está em compasso de espera. Não vejo como a economia vai reagir tão cedo. Não vejo nenhuma fórmula mágica que faça com que, repentinamente, as reformas sejam rapidamente aprovadas, do jeito como o mercado gostaria, e que a gente tenha a retomada da confiança e dos investimentos. Isso só vai acontecer quando voltarmos a ter a sensação de continuidade.

Mas as reformas podem sair?

Eu acho que a reforma trabalhista sai. Essa é importante para melhorar o ambiente de negócios e a produtividade.

A reforma da Previdência, também, mas muito diluída, talvez apenas com idade mínima. E essa é vital para melhorar as contas públicas. De qualquer maneira, no meu cenário, vejo que ambas terão de ter continuidade no próximo governo.

O sr. já disse que não se faz omelete sem quebrar ovos, numa analogia de que o novo governo deveria rever desonerações e outras distorções. A opção

foi outra: fazer reformas estruturais de longo prazo que, no curto prazo, melhorariam a confiança – mas a confiança não melhorou. O sr. diria que a estratégia é frágil?

Em termos macro, sim, exceto pelo Banco Central. O Banco Central tem hoje uma direção muito mais clara e incisiva que no governo anterior. Mas, em termos de política fiscal, a coisa vai assim, em quebra-galho, na minha opinião. O panorama macro ainda é muito ruim. Tivemos uma queda de 11% na renda. Não me lembro de isso ter acontecido no passado – e olhe que estudei a economia brasileira ao longo do século 20. Tem muito chão pela frente para a economia melhorar. Na parte micro, porém, temos mudanças importantes.

Quais?

A nova administração na Petrobrás, com Pedro Parente, tem sido fantástica. Colocou a companhia de pé de novo. Isso já se refletiu nos resultados financeiros, no preço da ação, na taxa de risco. Outra grande coisa é uma série de mini reformas que estão ocorrendo.

O sr. conversa com muitos investidores, dentro e fora do Brasil. Como ficou a imagem do empresariado brasileiro?

A imagem do Brasil, em geral, piorou. Mas muita gente racional vê o lado positivo: qual País emergente está fazendo uma limpeza dessas e as instituições funcionam de forma admirável? Os juízes trabalham. Políticos são investigados e presos. Os empresários idem, não importa o tamanho de suas empresas. Mas veja bem. Não foi nenhum 'oh Meu Deus!' Ninguém foi surpreendido pela relação incestuosa entre o governo e alguns empresários. Mas tenho uma visão otimista. Estamos melhores.

Por quê?

O Brasil hoje está no meio de uma estática de rádio, mas tem música no fundo. Há décadas existe caixa 2 de campanha no País, mas a coisa exacerbou. É muito importante fazer essa limpeza.

A corrupção, para mim, é constituída por três elementos. Um elemento é a impunidade. Em nível mais alto – não estou falando a corrupção de fiscal da Prefeitura, mas dos grandes esquemas, com grandes empresas – a Lava Jato cumpre um papel importante. Presidentes e diretores de empresas vão pensar mil vezes antes de entrar num esquema.

O segundo elemento é o ambiente, que no Brasil é muito tolerante com o ilegal. As mesmas pessoas que saem na rua dizendo abaixo a corrupção furam fila, colam na prova, pagam por fora a empregada. É a mistura de boa educação, valores e cidadania que leva um país para a frente. Nosso capital social tem muito a evoluir. O último ponto é a oportunidade.

Na verdade, o que produziu tudo isso? A concentração de recursos e poder nas mãos do governo, das agências governamentais, dos políticos, das empresas, que, num contexto de baixo capital social, pouca transparência institucional, são capturados por vários interesses escusos. Você vai lá e coloca bilhões na política de conteúdo nacional para alguns; coloca bilhões no BNDES para fazer campeões nacionais. Essa concentração cria um ambiente perfeito para a corrupção.

Preços dos serviços sucumbem à crise

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Rossano Iaconelli nem consegue se lembrar da última vez em que usou a placa de "Não há vagas" no estacionamento que administra desde 1996 na Avenida Paulista, região nobre e cercada por escritórios em São Paulo. "Muitas empresas fecharam, quem tinha trocado a sala comercial por um endereço compartilhado, para cortar

custos, também não aguentou. Dois concorrentes fecharam recentemente e nem assim meu movimento cresceu. Está bem difícil, não é hora de mexer no preço.”

Na mesma avenida, o estacionamento de Danilo Scatolini teve de transformar o preço da primeira hora no total cobrado pelo dia inteiro. “Mesmo com todo o esforço, a frequência caiu 50%, no mínimo. A gente nem consegue ganhar o suficiente para pagar o aluguel e os custos trabalhistas, estamos no vermelho. Este estacionamento existe há mais de 40 anos, mas, se continuar assim, não vamos durar muito mais tempo.”

Nos últimos meses, os preços dos serviços deram, enfim, sinais de que também sucumbiram à recessão. Em maio, o IPCA registrou alta de apenas 0,05% nos serviços e, em 12 meses, essa inflação foi recuando de 6,05% em março para 5,96% em abril e 5,62% em maio. Para o IBGE, esse índice é mais resistente porque parte dele vem da indexação de contratos, que tende a perder força de alta à medida que a inflação arrefece.

“Os preços continuaram subindo, não dá para esperar uma deflação nessa categoria, mas o ritmo de alta dos serviços perdeu mesmo fôlego”, diz o economista Fabio Romão, da LCA Consultores. “No ano passado, o IPCA para os serviços subiu 6,5% e já comemoramos. Agora, nossa previsão é de alta de 4,9%, a menor desde o ano 2000.”

Margem

Para compensar a baixa demanda do consumidor, reflexo da crise, o comerciante muitas vezes prefere ver sua margem de lucro reduzida a cobrar mais dos clientes, e a falta de reajuste nos preços já pode ser sentida pelo brasileiro.

Quando a cabeleireira Maria Gorete de Oliveira abriu seu salão de beleza na zona sul de São Paulo, em julho de 1993, um exemplar do Estado custava Cr\$ 30 mil (cruzeiros) em uma banca de São Paulo – o dobro do que era cobrado três meses antes. “Eu tinha de mexer nos preços o tempo todo. Qualquer descuido, acabaria no prejuízo. Olhando para trás, parece até outro mundo.”

Da época em que a alta da inflação era uma conversa recorrente entre as clientes do salão, só ficou a memória. “Não consigo aumentar os valores desde o começo do ano, não quero correr o risco de perder movimento. Fiz pacotes promocionais, dei desconto no corte, no alisamento, mas nem assim deixei de perder clientes”, diz Maria.

Para o professor da PUC-Rio José Marcio Camargo, a inflação de serviços é resistente porque as empresas só conseguem reduzir o salário nominal dos funcionários em uma negociação coletiva. “O custo é reduzido quando o funcionário é demitido e outro é colocado no lugar por um salário menor, mas esse impacto demora para chegar até o consumidor.”

Artigo: A crise política e seus impactos sobre a economia

26/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

As melhoras marginais observadas recentemente na economia estão muito longe de estimular novos investimentos, prejudicando o emprego

O Brasil vive desde 2014 uma das mais severas crises econômicas de sua história. A crise é o resultado de um conjunto de fatores entre os quais podem ser destacados: a pioria das condições internacionais; o esgotamento do modelo de crescimento puxado pela demanda através da ampliação do endividamento das famílias e das empresas; os graves equívocos na área da política econômica entre 2011 e 2014; e a incapacidade do governo Dilma, em 2015, e do governo Temer em implantar a necessária agenda de ajustes econômicos. Estes fatores, no entanto, estão longe de

explicar nossa situação. Qualquer análise mais completa da situação econômica deve levar em conta a grave crise política.

Mas afinal de contas, como a crise política repercute sobre a economia? A crise política amplia a incerteza e contribui para deteriorar o estado de confiança dos agentes. Estas incertezas se manifestam de diversas formas. Mercados mais líquidos e sujeitos a movimentos especulativos de curto prazo, como a bolsa de valores e o mercado de câmbio, são os primeiros a responder nos momentos de exacerbação dos problemas políticos.

O impeachment de Dilma e o início do governo Temer não foram capazes de estancar a crise política

O mais grave, no entanto, é o efeito de ampliação das incertezas sobre a decisão de investimento produtivo (a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações produtivas). A decisão de investir é uma das mais complexas em uma economia de mercado.

Ao realizar um investimento, o empresário reduz sua liquidez e incorre em uma série de riscos. Será que o mercado irá absorver a produção adicional gerada pelos novos investimentos? Este é apenas um exemplo das questões que envolvem a arriscada decisão de investir. É certamente mais seguro (e muitas vezes mais rentável) aplicar em algum ativo que renda juros.

As melhoras marginais observadas recentemente na economia estão muito longe de estimular novos investimentos, sem os quais paralisam-se as contratações no mercado de trabalho e amplia-se o desemprego.

O fim da grave crise política é uma condição necessária (ainda que insuficiente) para a retomada dos investimentos e do emprego. O impeachment de Dilma e o início do governo Temer não foram capazes de estancar a crise política; pelo contrário, a crise foi ampliada.

As delações da JBS deixaram claro que o problema de corrupção é estrutural, afetando praticamente todos os principais partidos e lideranças políticas do país. PT, PSDB, PMDB, PP, Lula, Dilma, Temer, Aécio, entre outros, contribuíram para o atual cenário ao ampliar a rede de corrupção, cerne da atual crise. Culpar a Operação Lava Jato pela crise é algo risível, raciocínio típico dos desesperados.

O sentimento de insatisfação é crescente, especialmente entre aqueles que são mais afetados pela crise. É comum nestes momentos – e a história é prova disso – o surgimento de soluções extremas, algumas não democráticas.

A saída da crise, no entanto, passa pela ampliação da democracia e não por sua redução. A saída de Temer da Presidência e a antecipação das eleições, como recentemente sugeriu o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, podem ajudar para superar este momento mais crítico.

Somente um novo governo eleito poderá ter o cacife para conduzir um novo cenário de estabilidade política, elemento necessário para a melhora na economia e a retomada do emprego.

(Marcelo Curado é professor do Departamento de Economia da UFPR).

Crise política põe fim a ciclo de ganhos em investimentos

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O empresário Joesley Batista, da JBS, chega à PF para prestar depoimento

Se os efeitos da crise política na atividade econômica são difíceis de serem mensurados, sobre os investimentos o impacto é indiscutível.

Embora ainda falte uma semana para o fim de junho, já é possível dizer que o caos criado pela delação da JBS colocou um ponto final em cinco trimestres consecutivos de ganhos tanto na renda fixa quanto na renda variável.

É o pior desempenho trimestral para os ativos em quase dois anos. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores, perdeu 5,7% no segundo trimestre, até o dia 23.

Os preços das ações, segundo especialistas, costumam antecipar a recuperação econômica e também os períodos mais difíceis.

Por isso, as incertezas em maio chegaram primeiro, e com mais força, à Bolsa de Valores.

Após subir 0,65% em abril, o Ibovespa perdeu 4,12% em maio e cerca de 2% em junho, até o dia 23.

Embora os efeitos mais danosos sejam mais claros na Bolsa, o segundo trimestre também foi o pior para a renda fixa em quase dois anos.

O IMA-Geral, uma carteira que replica os títulos públicos que estão no mercado, rendeu 1% de abril até 23 de junho, segundo a Anbima. O rendimento equivale a apenas 45% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), usado como referência para esse tipo de investimento.

Com exceção do último trimestre de 2016, quando ficou praticamente empatada com o CDI, essa carteira de títulos públicos não perdia para o índice de referência desde o terceiro trimestre de 2015.

Outra carteira que reúne os títulos indexados à inflação, chamada de IMA-B, teve um desempenho ainda pior, ao cair 1,36% em igual período.

Segundo o consultor de investimentos independente Marcelo d'Agosto, mesmo sem sinais mais robustos de recuperação da atividade, a possibilidade de reformas e a queda da inflação e dos juros vinham favorecendo os ativos brasileiros.

"A JBS mudou isso", diz.

Com sobra de recursos, o investidor externo também operava na lógica de que era possível correr mais riscos e isso favorecia os mercados emergentes. Agora, diz o consultor, o Brasil pode ser excluído dessa onda diante do risco bem mais elevado do que seus pares.

É improvável, dizem especialistas, que o mercado acionário consiga recuperar parte do fôlego perdido do trimestre nesta semana final do período porque não há uma melhora no horizonte político-econômico de curto prazo.

Além do cenário continuamente turbulento, a Bolsa ainda incorporou uma variável externa, que foi a queda do preço das commodities no período, diz Carlos Eduardo Rocha, sócio e responsável pela gestora de recursos do Brasil Plural.

"O mercado vai ficar em compasso de espera e em meio a uma volatilidade grande", afirma Rocha.

A perspectiva, diz, é que as oscilações persistam pelo menos até que a reforma da Previdência seja aprovada, mesmo que mais fraca.

Se não houver aprovação nenhuma, diz ele, é de esperar que os mercados piorem. A Bolsa iria abaixo de 60 mil pontos, e o dólar subiria para outro patamar. "Mas sou otimista e acho que com boas empresas você pode ter retornos acima de 10%", diz.

DEIXAR A POEIRA BAIXAR

Ao investidor que dispõe de tempo a recomendação é "esperar e deixar a poeira baixar", diz o planejador financeiro Renato Roizinblit.

"Mas, se ele precisa do dinheiro nos próximos meses para algum compromisso assumido, o cenário pode ficar pior do que está hoje", diz.

Nesse caso, afirma, o melhor é recorrer a ativos pós-fixados, que são os mais conservadores e oscilam conforme a tendência do mercado.

"É melhor realizar a perda [desfazer-se do ativo] no cenário ruim e evitar um momento que pode provocar uma perda ainda pior daqui a dois meses", afirma.

Para d'Agosto, independentemente do cenário, o investidor deve manter a estratégia compatível com o seu objetivo. "Não é bom ficar seguindo a rentabilidade."

Se o horizonte é o curto prazo, afirma, é preciso ficar em uma aplicação mais conservadora mesmo que esteja rendendo menos.

Crise amplia casos de afastamento do trabalho por ansiedade

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Medo do futuro, palpitações, insônia, falta de ar, sensação de paralisia. Situações assim, que descrevem alguns dos sintomas de ansiedade, têm levado mais pessoas ao afastamento do trabalho.

Dados da Secretaria de Previdência mostram que as concessões de auxílio-doença por transtornos de ansiedade cresceram 17% em quatro anos -de 22,6 mil, em 2012, para 26,5 mil, em 2016.

Nesse período, as despesas com o benefício à União foram de R\$ 1,3 bilhão.

A ansiedade já responde por dois em cada dez afastamentos por transtornos mentais e comportamentais, categoria que também abrange depressão, esquizofrenia e problemas relacionados ao uso de drogas.

Fica atrás apenas de depressão, que responde por três em cada dez concessões desse tipo de benefício. O auxílio-doença é previsto para segurados do INSS acometidos por doenças que impeçam o trabalho.

Para especialistas, entre os fatores para o aumento dos afastamentos por ansiedade, estão a crise econômica e a maior conscientização sobre a doença, o que colabora para diagnóstico e tratamento.

"Doenças psiquiátricas menores, em que o estresse e ambiental é um fator para desencadeamento, aumentam em época de crise econômica, porque cresce a insegurança", afirma Márcio Bernik, coordenador do ambulatório de ansiedade do Instituto de Psiquiatria da USP.

Ansiedade, segundo ele, é mais comum que depressão, mas é menos diagnosticada. "É desafiador enfrentar transtorno mental porque é subjetivo", afirma o subsecretário da Previdência Social Benedito Brunca.

Bernik diz que a incapacitação profissional é um dos fatores que ajudam a diagnosticar quando a ansiedade é uma doença. "O que vai determinar se é uma doença ou não é o sofrimento excessivo e prejuízo funcional", diz.

Hoje, transtornos mentais e de comportamento são o terceiro maior motivo de afastamento do trabalho, atrás de lesões e doenças do sistema osteomuscular.

SEM VOLTAR

"Comecei a ser muito pressionado. Quando vi, estava doente", afirma o bancário Webert Maciel, 28.

Segundo ele, a doença começou após ter sofrido assédio moral no trabalho.

"Tinha pânico de sair de casa. Passava cinco dias sem dormir e comecei a desmaiar. Era depressão profunda."

Mesmo com laudo de três médicos e dois psicólogos, ele diz que teve de recorrer à Justiça para comprovar no INSS que o quadro tinha ligação com o trabalho.

Artigo: Reformar é preciso

26/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

A reforma vem em boa hora para o trabalhador por não lhe retirar direitos e por lhe permitir negociar condições mais benéficas de trabalho



Acompanhando os debates a respeito da reforma trabalhista, percebo que existem argumentos favoráveis e contrários que são relevantes, sobretudo quando se discutem os artigos mais polêmicos do projeto de lei. Contudo, é preciso ter uma visão mais ampla para entender a necessidade de alteração da legislação trabalhista.

Principalmente, pela forma como a Justiça do Trabalho vem interferindo nas relações de emprego e nas demandas delas decorrentes.

As recentes manifestações do ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), têm sido muito lúcidas no sentido de reconhecer que a Justiça interfere desproporcionalmente nas relações do trabalho, praticando o que ele chama de ativismo judicial. O resultado é, muitas vezes, a criação de direitos que não estão previstos expressamente na legislação, ou então interpretações que acabam gerando um desequilíbrio financeiro, colocando em risco a própria continuidade da empresa.

Entre os objetivos da Justiça do Trabalho, podemos destacar como primordiais a conciliação e o julgamento das demandas decorrentes das relações de trabalho, e a própria harmonização dessas relações. O ativismo judicial desestabiliza essa convivência, sobretudo quando cria interpretações que geram benefícios a uma parte em detrimento da outra. A balança pende apenas para um lado.

A Justiça interfere desproporcionalmente nas relações do trabalho.

Essa ânsia por uma reforma trabalhista surge não só da crise econômica – que nos faz pensar em alternativas para retomar o crescimento e a geração de empregos –, mas também vem de um descontentamento da sociedade sobre a forma como ocorrem os desfechos das milhões de demandas trabalhistas ajuizadas a cada ano, e como elas têm impactado negativamente a vida das empresas e, por consequência, a dos trabalhadores.

Essas demandas judiciais não são fruto da discussão pura a respeito do descumprimento das normas trabalhistas básicas, mas também da enorme insegurança jurídica causada pelas mais diversas interpretações judiciais de cada uma dessas normas. Essa diversidade de entendimentos impede que o empregador tenha segurança a respeito da forma correta de aplicar a norma e de acordar com o empregado.

Entre os temas mais polêmicos da reforma em discussão está a flexibilização dos direitos do trabalhador. A controvérsia não deveria existir, pois a Constituição da República já garante o direito à flexibilização. Porém, o Judiciário trabalhista acaba interferindo e negando essa possibilidade sob o argumento de essa mudança ser prejudicial ao empregado.

O Supremo Tribunal Federal começou a colocar limites na interferência desenfreada da Justiça do Trabalho, sobretudo com relação à própria possibilidade de flexibilização, reconhecendo sua constitucionalidade. O mesmo STF também tende a julgar a questão da terceirização, no sentido de permiti-la para todas as situações, inclusive para as chamadas atividades-fim das empresas, o que até a edição da recente Lei da Terceirização não era permitido em razão do entendimento do TST.

O que não podemos é ficar aguardando que o STF venha solucionar cada um dos desequilíbrios causados pelo Judiciário trabalhista. As alterações na lei precisam ocorrer já. A reforma vem em boa hora para o trabalhador por não lhe retirar direitos e por lhe permitir negociar condições mais benéficas de trabalho.

Vem também em boa hora para a empresa, por oferecer mais segurança jurídica, e pela conseqüente maior probabilidade de geração de empregos. Ganhará o emprego, ganhará a geração de renda, ganhará o Brasil.

Helder Eduardo Vicentini, advogado, é assessor jurídico da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap).

Equipe econômica protege Brasil de aventuras populistas, diz Giannetti

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O economista Eduardo Giannetti da Fonseca acredita que o fator que diferencia o momento atual do presidente Michel Temer do período que precedeu o impeachment de Dilma Rousseff é a “excelente equipe econômica” do peemedebista. “Esta equipe protege o País de medidas populistas”, afirmou, durante debate nesta tarde em evento da XP Investimentos.

O economista observou que não são apenas nomes como o do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mas de técnicos da Fazenda e do Banco Central, além do novo comando das estatais, todos formados por profissionais experientes. Para Giannetti, baixas na equipe seriam um mau sinal. “Tudo isso nos protege da ala podre do governo e é importante que essa equipe permaneça até o fim.”

Nas eleições de 2018, o economista disse que todo o quadro eleitoral vai depender da entrada ou não na corrida presidencial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Se o petista disputar as urnas, Giannetti acredita que ele irá para o segundo turno e haverá uma polarização na campanha. Sem Lula, Giannetti avalia que o quadro tende a ficar mais pulverizado, com potenciais candidatos ficando mais dispostos a entrar na disputa.

Giannetti destacou que a reforma da Previdência é de “primeiríssima ordem”, mas também é preciso pensar em outras mudanças, como o pacto federativo. “É preciso resgatar no Brasil um sistema de cidadania tributária em que o cidadão sabe quanto paga de impostos, para onde vai e o que é feito”. Para o economista, o dinheiro público precisa ser gasto mais perto de onde é arrecadado e não redirecionado para Brasília.

Estudo aponta prejuízo de R\$ 51 bi para União com derrota do PIS/Cofins

26/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

A exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, autorizada em março pelo Supremo Tribunal Federal (STF), representará uma perda de R\$ 51 bilhões para a União caso seja condenada a devolver aos contribuintes os valores já pagos nos últimos cinco anos, podendo alcançar R\$ 80 bilhões com novas ações.

Os valores, menores do que os R\$ 100 bilhões divulgados pela Fazenda, fazem parte de um estudo inédito realizado para o Valor pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

O levantamento mostra ainda que o prejuízo anual de arrecadação, gerado pelo revés do Fisco na disputa, será de R\$ 25,30 bilhões. A União trabalha com uma estimativa de R\$ 20 bilhões.

Já em relação à discussão sobre a exclusão do ISS do cálculo das contribuições sociais, tese muito semelhante a do ICMS, o prejuízo seria de R\$ 2,4 bilhões por ano em uma eventual derrota da Fazenda no Supremo. As ações ajuizadas até agora representariam uma perda de R\$ 120 milhões com uma eventual devolução do que foi pago, podendo atingir R\$ 1 bilhão com novas demandas.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o entendimento dos ministros sobre a tese é contrária ao contribuinte.

O julgamento da exclusão do ICMS foi finalizado em meados de março pelo Supremo após quase 20 anos de discussão entre contribuintes e União. O resultado foi favorável às empresas, mas ainda não se sabe se quem contestou a cobrança no Judiciário

conseguirá receber os valores já recolhidos. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pedirá que o STF module os efeitos de sua decisão, o que poderá representar o perdão da dívida passada e a validade do entendimento apenas para o futuro.

Independentemente do que ocorrer, a conclusão dos ministros de que o ICMS é uma receita do Estado e não deveria estar no cálculo das contribuições pode ter um efeito cascata sobre disputas semelhantes e sobre a arrecadação dos entes públicos.

De acordo com coordenador de estudos do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, hoje há diversas outras teses que pedem a exclusão de tributos do cálculo do PIS e da Cofins. Para essas situações, que ele exemplifica com o IOF, Previdência, FGTS, taxas e outras contribuições, o impacto poderia ser de R\$ 10,8 bilhões por ano se o governo perdesse todas essas ações na Justiça. "A lógica é excluir outros tributos da base de cálculo das contribuições e é isso que argumentam as novas teses", afirma.

Além disso, ele acredita que haverá reflexos na arrecadação do ICMS e ISS para Estados e municípios, respectivamente, uma vez que o PIS e a Cofins fazem parte do cálculo desses tributos. Por essa lógica, conforme o estudo, a estimativa de queda na arrecadação seria de R\$ 30 bilhões anuais.

Para Amaral, o resultado do julgamento pode "precipitar" uma reforma tributária, pois a perda de arrecadação será grande e neste momento aumentar tributos seria complicado.

Fábio Martins de Andrade, sócio do Andrade Advogados Associados e advogado que participou da defesa oral dos contribuintes no julgamento da exclusão em março no Supremo, diz ser lamentável o governo não aproveitar a oportunidade desse julgamento para começar uma efetiva reforma tributária no país.

Segundo Andrade, o governo concentrou muito sua arrecadação no PIS e na Cofins e criou, como consequência, uma série de distorções ao longo do tempo, da qual seria a própria vítima a inclusão do ICMS nas contribuições sociais seria uma delas.

Para a professora de direito tributário da FGV Direito SP, Tathiane Piscitelli, diante das perdas que terá, o governo será obrigado a buscar compensações. O que poderá ocorrer por meio de cortes ou aumento de tributos. O mais provável em seu entendimento será o reflexo sobre a tributação. "Não acredito, porém, que ocorrerá uma reforma para melhorar o sistema", diz.

Quanto às demais teses, a professora diz que para o ISS, em tese, o raciocínio poderia ser o mesmo, pois há o repasse do custo do tributo. Mas para as outras teses citadas no estudo acredita que seria ir além do entendimento do STF.

O professor de direito tributário da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Edmundo Medeiros, avalia que a queda de arrecadação de Estados e municípios talvez não seja significativa. Ele diz que mesmo tirando as contribuições da base de cálculo do ICMS e ISS, muitas empresas manterão os preços praticados antes da exclusão e seria necessário ocorrer uma queda no consumo das mercadorias.

Artigo: Poupança vai dar trabalho aos concorrentes

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A poupança é, de longe, a preferida dos brasileiros na hora de investir. Muito simples de abrir, remuneração definida para pequenos e grandes montantes, sem distinção, não precisa negociar com ninguém, não custa nada e ainda não paga Imposto de Renda! Fácil entender o porquê dessa preferência nacional.

Entretanto, enquanto grande parte das aplicações paga taxa pós-fixada de juros, que flutua e acompanha a variação da Selic ou DI, a poupança paga taxa prefixada, de

0,5% ao mês, mais a pouco relevante variação da TR. Essa diferença -remuneração prefixada- pode ser boa ou ruim, dependendo do patamar de juros da economia.

Quando a taxa está muito alta, como esteve durante um bom tempo, estacionada em 14,25% ao ano, é ruim para a poupança. A remuneração das outras aplicações financeiras era muito superior, sobrava dinheiro para pagar custos, Imposto de Renda e ainda ganhar mais do que a poupança. Quem investiu na caderneta nessa época deixou de ganhar um bocado.

Os juros finalmente caíram. Aplicações que acompanham a atual Selic de 10,25% e sujeitas, por exemplo, ao pagamento de taxas de 1% ao ano e Imposto de Renda de 22,5% oferecem rendimento líquido de cerca de 0,60% ao mês. Se os custos forem superiores a 1% (e normalmente são), será grande a chance de o rendimento ser inferior ao da poupança.

Se e quando outro corte na taxa Selic ocorrer e ela se aproximar de 9%, a vantagem da poupança será ainda maior. Poucas aplicações do segmento da renda fixa serão capazes de oferecer rentabilidade melhor do que a dela.

É tão bom que, para assegurar o equilíbrio entre as alternativas de investimento, a rentabilidade da poupança deixa de ser prefixada quando a taxa Selic atinge o patamar de 8,5% ao ano. Esse é o gatilho que muda a remuneração da poupança de taxa prefixada (0,5% ao mês + TR) para pós-fixada, 70% da taxa Selic.

Já que essa é a regra do jogo, a poupança vive dias de glória. Cenário de juros baixos é o ambiente perfeito para ela. E para os investidores que nela buscam refúgio para proteger sua reserva financeira.

Já vivemos um período como esse. Entre 31/05/2012 e 28/08/2013, a Selic variou de 8,5% (máxima) a 7,25% (mínima) e, nesse período, a remuneração da poupança foi de 70% da Selic. Pena que a trégua dos juros baixos durou pouco tempo. A partir do final de agosto de 2013, a Selic retomou uma trajetória de alta, atingindo 14,25% em 30/07/2015, patamar em que permaneceu por muitos meses até os dias de hoje.

Resumindo, a poupança brilha nos períodos de vale. E apanha nos períodos de pico - quanto maior a taxa Selic, menor a competitividade da poupança. Embora o gatilho de mudança da remuneração da poupança seja 8,5%, a figura aponta que, a partir da atual taxa Selic de 10,25% ao ano, a poupança leva vantagem se comparada a fundos de investimento ou planos de previdência que cobram taxa de administração e Imposto de Renda. Quanto menor for a taxa Selic, maior será a competitividade da poupança.

(Márcia Dessen- planejadora financeira pessoal, diretora do Planejar e autora do livro 'Finanças Pessoais: o que Fazer com Meu Dinheiro').

Brasil pode registrar este mês 1ª deflação desde 2006

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil pode registrar este mês sua primeira deflação em 11 anos. Analistas ouvidos pelo Banco Central no Boletim Focus projetam para junho uma queda de 0,07% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação do País. O próprio BC prevê uma queda de 0,1% no indicador. Seria a primeira deflação mensal desde o -0,21% registrado em junho de 2006.

Com o País mergulhado em uma crise política e ainda com dificuldade para retomar o nível de atividade, depois de uma profunda recessão, a inflação em queda é talvez o dado mais positivo no cenário econômico.

As estimativas são de que o IPCA feche o ano abaixo dos 4,0% (centro da meta perseguida pelo BC é de 4,5%). E inflação baixa é o principal combustível para a queda da taxa de juros no País – ainda uma das mais altas do mundo.

Para economistas, porém, a deflação de junho, se confirmada, não deve se repetir nos próximos meses.

“A deflação esperada para junho é muito pouco para dar um parâmetro da situação econômica. A economia ainda anda cambaleante, mas o que se tem agora é uma sazonalidade, que ajuda bastante o mês de junho. Ao se olhar para a série mensal, esse mês sempre apresenta uma das taxas mais baixas”, diz o economista Flavio Romão, da LCA Consultores. Segundo ele, a inflação tende a voltar a subir, principalmente ao longo do último quadrimestre, e deve fechar o ano em 3,9%.

Fatores

A avaliação dos analistas é que a queda esperada para este mês vem de uma convergência de fatores, como a baixa pressão dos preços dos alimentos, fruto do clima mais ameno desde o fim do ano passado, e dos bons resultados das safras agrícolas, além de um câmbio mais apreciado.

Também pesa a redução dos preços de combustível pela Petrobrás e a mudança da bandeira tarifária de energia – de vermelha, mais cara, para verde. Além, claro, da conjuntura ruim, com atividade econômica fraca e desemprego alto, o que inibe o consumo.

A combinação de fatores também pode fazer com que a inflação medida pelo IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) em 12 meses até junho registre deflação. Se a tendência se confirmar, será a primeira deflação acumulada em 12 meses pelo indicador desde 2010, quando o recuo foi de 0,66%. O índice é usado, sobretudo, como referência na hora de reajustar contratos, como os de aluguel.

“Esse patamar (mais baixo) de inflação que estamos testemunhando agora já era esperado. Os resultados elevados do ano passado, quando a economia sangrava, mas a inflação continuava lá, resistente, é que eram fora do normal”, avalia o economista Heron do Carmo, da FEA-USP.

Heron defende, por conta disso, que o BC não deveria perder a oportunidade histórica de reduzir a meta de inflação para 4,25% já no ano que vem.

“Mesmo que seja uma medida extraordinária e agora seja o momento em que normalmente é definida a meta para 2019, não seria a primeira vez que a revisão seria antecipada”, disse. Segundo ele, “isso sinalizaria o reconhecimento do esforço que foi feito pelo País para chegarmos até aqui”.

“Não somos um daqueles países em que há registro de inflação alta num ano e de queda nos preços no ano seguinte e isso não chama a atenção de ninguém. O Brasil lutou contra a inflação por mais de 50 anos. A memória da inflação alta tem pouco mais de 20 anos. Ela pode estar adormecida na cabeça da maioria das pessoas, mas aquele tempo de histeria nos preços faz parte da nossa história.”

Indicadores de crédito mostram fundo do poço e recuperação lenta, diz Serasa

26/05/2017 – Fonte: DGABC

O mercado de crédito dá sinais de estabilização, especialmente entre as pessoas físicas, o que fica evidente nos números relativos a consumo e inadimplência, disse o presidente do Serasa Experian, Jose Luiz Rossi, em seminário realizado na manhã desta sexta-feira, 23, pela Amcham. "Temos convicção de que o pior já passou e todos

os indicadores são de que batemos o fundo do poço e começamos uma recuperação lenta", disse.

Rossi pontuou, entretanto, que esse movimento é mais visível entre as pessoas físicas, uma vez que a inadimplência entre as empresas continua subindo. "O crédito é caro e há poucas garantias. O crédito praticado entre empresas é praticamente 85% do mercado", observou, como sinal das dificuldades ainda enfrentadas pelas companhias brasileiras.

Ele ressaltou, porém, que o número de pedidos de recuperação judicial entre as companhias começou a cair, em parte como reflexo da melhora nos indicadores de consumo entre as pessoas físicas.

"O consumidor, principalmente de baixa renda, voltou a procurar o crédito, como efeito, entre outros, da liberação dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)", disse.

Rossi destacou que as vendas no varejo tiveram no último dia das mães comportamento positivo pela primeira vez desde o dia das crianças de 2014, lembrando que também a inadimplência entre os consumidores pessoas físicas vem, paralelamente, se estabilizando.

Alta do PIB de 2017 cai de 0,40% para 0,39%, aponta Focus

26/05/2017 – Fonte: DGABC

Embora o Banco Central tenha mantido a projeção de crescimento de 0,5% para a economia brasileira em 2017, os economistas do mercado financeiro seguem demonstrando maior pessimismo. A expectativa de alta para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano caiu de 0,40% para 0,39% no Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 26. Há um mês, a perspectiva era de avanço de 0,49%.

Para 2018, o mercado também mudou, para pior, a previsão de expansão do PIB, de 2,20% para 2,10%. Quatro semanas atrás, a expectativa estava em 2,48%.

Na última quinta-feira, 22, o BC informou em seu Relatório Trimestral de Inflação (RTI) a manutenção em 0,5% da estimativa para o PIB em 2017. A agropecuária, com projeção de expansão de 9,6% no ano, é o principal fator de sustentação para a atividade. No RTI, o Banco Central também voltou a defender que os indicadores permanecem compatíveis com a estabilização da economia no curto prazo.

No relatório Focus desta segunda, as projeções para a produção industrial para este ano também voltaram a piorar. O avanço projetado para 2017 foi de 0,60% para 0,55%. Há um mês, estava em 1,30%. No caso de 2018, a estimativa de crescimento da produção industrial foi de 2,50% para 2,30%, ante 2,50% de quatro semanas antes. No início do mês, o IBGE informou que a produção industrial avançou 0,6% em abril ante março, mas despencou 4,5% ante abril do ano passado.

No Focus, a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2017 permaneceu em 51,50%. Há um mês, estava no mesmo patamar. Para 2018, as expectativas no boletim Focus foram de 55,17% para 55,07%, ante 55,20% de um mês atrás.

Balança comercial

Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para a balança comercial em 2017. A estimativa de superávit comercial este ano foi de US\$ 57,40 bilhões para US\$ 58,25 bilhões, ante US\$ 56,20 bilhões de um mês antes. Na estimativa mais recente do BC, atualizada no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), o saldo positivo de 2017 ficará em US\$ 54,00 bilhões.

Para 2018, os economistas do mercado mantiveram a projeção de superávit comercial em US\$ 45,00 bilhões. Há um mês, a expectativa era de US\$ 43,12 bilhões.

No caso da conta corrente, as previsões contidas no Focus para 2017 indicaram déficit de US\$ 23,00 bilhões, ante US\$ 23,50 bilhões de déficit de uma semana antes. Há um mês, a projeção estava em US\$ 23,00 bilhões. Já a estimativa do BC para o déficit em conta em 2017 é de US\$ 24,0 bilhões.

O mercado também alterou a projeção de rombo nas contas externas em 2018, de US\$ 35,50 bilhões para US\$ 34,50 bilhões. Um mês atrás, o rombo projetado era de US\$ 36,95 bilhões.

Para os analistas consultados semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será mais do que suficiente para cobrir o resultado deficitário, tanto em 2017 quanto em 2018. No entanto, houve uma redução das expectativas de ingresso. A mediana das previsões para o IDP em 2017 foi de US\$ 78,57 bilhões para US\$ 75,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 79,00 bilhões. A projeção atual do BC para este ano é de IDP de US\$ 75,00 bilhões.

Para 2018, a perspectiva de volume de entradas de investimento direto, de acordo com o Focus, foi de US\$ 78,75 bilhões para US\$ 75,00 bilhões, ante US\$ 78,75 bilhões de quatro semanas antes.

BIS: condições econômicas estão mais favoráveis

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

No último ano, as condições econômicas globais melhoraram e se tornaram as mais favoráveis desde a crise financeira internacional de 2008 e 2009. A avaliação foi feita pelo chefe do Departamento Econômico e Monetário do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), Claudio Borio, por meio de um documento que acompanha o Relatório Anual da instituição, divulgado há pouco. “Que diferença um ano pode fazer. Quando o Relatório Anual do ano passado foi impresso, a escuridão prevalecia nos mercados e na formulação de políticas”, considerou.

Borio lembrou que um ano atrás, os mercados de ações estavam de lado e os rendimentos dos títulos públicos afundavam em direção a suas mínimas históricas, já que os investidores enxergavam a economia global presa em um crescimento fraco até um futuro distante.

“Os formuladores de políticas estavam falando sobre uma ‘recuperação anêmica’. Não demorou muito para que o resultado surpreendente do plebiscito no Reino Unido para deixar a União Europeia inicialmente se tornasse outro golpe para esse sentimento. As coisas mudaram substancialmente depois disso. O pessimismo deu lugar à confiança”, avaliou.

O economista do BIS comentou que foi outro evento político – a eleição presidencial dos Estados Unidos – que voltou a marcar os mercados financeiros, que se tornaram mais dinâmicos. Ele salientou que a volatilidade se espalhou para níveis muito baixos, o que normalmente é um sinal claro de apetite de alto risco. “Assim, um bom ano foi suficiente para que as condições econômicas se tornarem as mais favoráveis desde a Grande Crise Financeira”, escreveu.

O crescimento se fortaleceu consideravelmente e a previsão do BIS é a de que ele retornará para as médias de longo prazo “em breve”. Borio citou que a desaceleração econômica das principais economias diminuiu, que em algumas delas as taxas de desemprego voltaram a níveis consistentes com o pleno emprego e que a inflação aproximou-se dos objetivos dos bancos centrais.

"Ainda assim, pode-se legitimamente perguntar se o sentimento se fortaleceu demais. As dúvidas sobre o futuro derivam de tensões que terão de ser resolvidas em algum momento e de desenvolvimentos a longo prazo que eventualmente possam ameaçar o crescimento", observou, acrescentando que existe conflito entre as leituras da volatilidade dos mercados financeiros, que caíram, e os indicadores de incerteza política, que surgiram.

Há também tensões entre os mercados de ações, que subiram, e as taxas de títulos soberanos, que não aumentaram muito à medida que as perspectivas econômicas ressurgiram. "E, infelizmente, os desenvolvimentos de longo prazo indesejáveis que denominamos 'a trindade arriscada' no Relatório do ano passado ainda estão conosco: crescimento de produtividade baixo.

Câmbio para fim de 2017 sobe de R\$ 3,30 para R\$ 3,32

26/05/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 26, pelo Banco Central, mostrou que a projeção para a cotação da moeda americana no fim de 2017 passou de R\$ 3,30 para R\$ 3,32. Há um mês, estava em R\$ 3,25.

O câmbio médio de 2017 seguiu em R\$ 3,24, ante R\$ 3,19 de um mês antes.

No caso de 2018, a projeção para o câmbio no fim do ano seguiu em R\$ 3,40. Quatro semanas antes, estava em R\$ 3,37. Já a projeção para o câmbio médio no próximo ano permaneceu em R\$ 3,38, ante R\$ 3,33 de quatro semanas atrás.

BC dos BCs vê riscos em taxas de juro baixas e cobra elevações

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Os principais bancos centrais devem continuar a aumentar as taxas de juros, afirmou neste domingo (15) o BIS (Banco de Compensações Internacionais, o banco central dos bancos centrais), ao mesmo tempo em que reconheceu que ocorrerão turbulências nos mercados.

Em um dos seus relatórios mais otimistas em anos, o BIS, entidade não qual os BCs fazem seus depósitos, afirmou que o crescimento global poderá em breve voltar a níveis médios de longo prazo depois de uma forte melhora na confiança ao longo do último ano.

Para o órgão, adiar o aumento nos juros pode fazer com que as taxas tenham de subir mais e por mais tempo a fim de evitar futuras crises.

Embora bolsões de risco permaneçam em razão de altos níveis de endividamento, do baixo crescimento da produtividade e da diminuição do poder de fogo das políticas monetárias, o BIS afirmou que os bancos centrais devem aproveitar a melhoria das perspectivas econômicas para acelerar o fim dos juros baixos em nível recorde.

"Uma vez que estamos emergindo de um período muito longo de política monetária muito acomodatória, seja lá o que fizermos, teremos de fazê-lo de forma muito cuidadosa", disse o chefe de pesquisa do BIS, Hyun Song Shin.

"Mesmo que haja alguns choques de curto prazo na estrada, seria muito mais aconselhável manter o curso e começar esse processo de normalização", afirmou.

O BIS identificou quatro riscos principais para as perspectivas globais no médio prazo: 1) uma súbita alta de inflação que force as taxas de juros para cima e prejudique o crescimento; 2) o estresse financeiro vinculado à fase de contração dos ciclos financeiros; 3) um aumento do protecionismo e 4) um consumo mais fraco não compensado por investimentos mais fortes.

Trabalhadores irão à Justiça contra presidente da Eletrobras

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL) vai recorrer ao Judiciário e à Comissão de Ética Pública após recentes declarações do presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior. O executivo chamou de "vagabundos" e "safados" gerentes da estatal em áudios divulgados com exclusividade pelo **Broadcast**. "A AEEL e sindicatos desconhecem a existência, no corpo funcional na Eletrobras, de empregados vagabundos, safados ou inúteis, que ganham entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil, como exposto pelo presidente da Eletrobras", diz a entidade em nota.

A associação destaca que somente gerentes possuem como benefício garagem, secretária e celular corporativo e que as indicações gerenciais passam pela aprovação formal do presidente e diretores. No áudio, o executivo diz que "40% de cara inútil não serve para nada, ganhando uma gratificação, um telefone, uma vaga de garagem, uma secretária".

A AEEL informa que em dezembro de 2016 a empresa implantou um processo de reestruturação organizacional, permanecendo apenas cerca de 100 posições gerenciais. "Sendo assim, cabe ao presidente Wilson Pinto Jr identificar e divulgar internamente, dentre os 100 gerentes nomeados por ele, quais se enquadram nos termos utilizados pelo mesmo (vagabundos, safados ou inúteis)", diz a nota.

A associação pede ainda que sejam esclarecidos os motivos pelos quais as supostas irregularidades apontadas pelo presidente "em jornais e seminários externos nunca foram corrigidas por ele, conforme previsto em norma". "Se ao longo de um ano de sua gestão nem os gerentes nem a diretoria tomou nenhuma providência, teria ela se omitido, perdoado ou seria conivente com tais malfeitos?", indaga a entidade.

A associação diz que na gestão de Ferreira Junior tudo se faz por inexigibilidade ou dispensa de licitação, "como pode ser comprovado pelo estratosférico crescimento dessa modalidade de contratação na empresa".

A entidade aponta que os problemas da estatal decorrem principalmente da ineficiência de sua alta gestão, "que sequer consegue fazer coisas básicas e esperadas de qualquer gestor mediano, como, por exemplo, ter credibilidade para comandar seu corpo gerencial".

"Ao não conseguir o que quer, o mesmo vai à imprensa se queixar de sua própria ineficiência, porém jogando para a plateia tentando manipular a sociedade de que a culpa é dos empregados, gerentes e da instituição", critica a AEEL.

A entidade declara ainda que o presidente "não se sente parte" da Eletrobras e cita mais a CPFL em sua fala do que a empresa atual. Ele foi presidente da CPFL Energia entre 2002 e 2016.

"Possivelmente sequer conhece a nossa empresa e a grandiosidade de suas usinas, linhas de transmissão, subestações e demais instalações. Ao invés de viajar para Portugal para receber um prêmio sobre gestão ética, deveria rodar o Brasil e conhecer

a nossa imensa malha elétrica, construída, operada e mantida pelos trabalhadores da Eletrobras, espinha dorsal do setor elétrico brasileiro. Ou então voltar para sua tão querida empresa chinesa, a CPFL”, diz a nota.

A conversa do presidente da Eletrobras com sindicalistas gerou mal-estar na empresa, a ponto de o executivo se ver obrigado a gravar uma fala na televisão interna pedindo desculpa pela “veemência” com que se referiu ao que considera “privilégios” na estatal.

Elétricas atraem investidores maduros

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Quando a chinesa State Grid anunciou no ano passado a compra da CPFL, uma das maiores companhias privadas de energia do Brasil, as apostas do mercado indicavam para um novo movimento de consolidação do setor, ancorado por investidores asiáticos. O apetite chinês continua forte pelos ativos brasileiros, mas agora eles têm a companhia de outros interessados.

Investidores espanhóis, italianos, ingleses e canadenses estão olhando ativamente negócios no País. É o caso do fundo do investidor britânico Guy Saxton, o Brazil Iron, que está disposto a injetar £ 1 bilhão no País em ativos de transmissão da estatal Eletrobrás. O advogado Gustavo Buffara Bueno, sócio do escritório Buffara Bueno, que representa o investidor, afirma que o fundo aguarda o levantamento de valores dos ativos da estatal, que é assessorada pelo BTG Pactual.

Com forte liquidez e precisando dar retorno para os cotistas, os fundos de pensão e de investimentos estão gastando alguns milhões de reais no País para mapear as oportunidades. “Eles estão olhando de tudo, seja para comprar ou para emprestar”, afirma o diretor-geral do escritório Alvarez & Marsal, Luis De Lúcio.

A lista de potenciais investidores em ativos elétricos inclui ainda a estatal canadense Hydro Quebec, apontada como uma das companhias interessadas na Companhia Energética de São Paulo (Cesp), apurou o Estado.

Em nota, a canadense informou que procura adquirir ativos de energia ou participações em empresas do setor fora do país e que o objetivo não é só ser um investidor financeiro, mas também participar com tecnologia e inovação. A estatal diz que está analisando várias oportunidades, sem detalhar quais ativos estão no seu radar.

Uma das maiores protagonistas em aquisições no País de ativos colocados à disposição após a Lava Jato, ao lado da chinesa State Grid, a gestora canadense Brookfield também avalia negócios de energia, mas no segmento de renováveis. A gigante, que tem sob gestão US\$ 250 bilhões em ativos no mundo, é a maior operadora independente de pequenas centrais hidrelétricas do Brasil. Procurada, a empresa não comentou o assunto.

Abertura de capital

Embora o assédio por ativos de energia esteja grande, fontes do mercado financeiro não descartam que uma parte dos negócios nas mãos do governo e até do setor privado optem pela abertura de capital para levantar recursos. A decisão, contudo, depende da melhoria do ambiente macroeconômico, que dava sinais de recuperação, mas foi abatido pelas delações dos irmãos Batista, donos do JBS e da holding J&F, envolvendo o presidente Michel Temer.

Estatais de energia podem atrair R\$ 30 bi

26/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Uma nova onda de “privatização” começa a ser colocada em curso no setor elétrico brasileiro, num movimento que pode atrair quase R\$ 30 bilhões, apurou o ‘Estado’. Do

ano passado para cá, estatais de vários Estados iniciaram processo para vender ativos de geração, transmissão e distribuição de energia. A lista inclui Cemig, de Minas Gerais; Cesp, de São Paulo; Copel, do Paraná; CEB, do Distrito Federal; e CEEE, do Rio Grande do Sul; além da companhia federal Eletrobrás.

Na outra ponta estão investidores tradicionais do setor e estrangeiros com elevada liquidez que querem estreitar ou aumentar a participação no País. Há, pelo menos, uma dúzia de multinacionais avaliando os negócios no setor, como as canadenses Hydro Quebec e os fundos CPPIB, Ontario Teachers e British Columbia; as europeias Iberdrola, Enel e Terna; e as chinesas State Grid, Huadian, China Three Gorges (CTG), State Power (SPIC), China Investment Corporation (CIC) e China Southern Grid. Entre as nacionais, a Equatorial é apontada como consolidadora.

“Há ativos muito interessantes na mesa. O investidor que comprá-los terá a vantagem de adquirir negócios maduros, com licenças ambientais aprovadas e demanda cativa”, diz Alexandre Bertoldi, sócio-gestor do Pinheiro Neto Advogados. O portfólio é diversificado, inclui pequenos e grandes empreendimentos, mais ou menos rentáveis, em várias partes do Brasil.

“O setor elétrico caminha para um modelo de controle majoritário da iniciativa privada. Não há mais necessidade de o Estado ficar à frente dos investimentos, como ocorria antes com a Eletrobrás”, avalia o professor da UFRJ Nivalde Castro.

Saída

Apesar de enfrentar resistência por parte da sociedade, a venda dos ativos estatais virou a única alternativa para as empresas – ou Estados – sanarem suas contas. Nos tempos de bonança, muitas dessas companhias investiram pesado em novos empreendimentos e se endividaram. No meio do caminho, sofreram o impacto da renovação das concessões, que reduziu o fluxo de caixa de muitas delas e provocou um descompasso entre dívidas e receitas. Hoje, na maior recessão da história do País, elas fazem o movimento inverso para reduzir seu tamanho.

A Cemig, de Minas Gerais, é um exemplo dessa tendência. Investiu nos maiores projetos do setor, como as Hidrelétricas Belo Monte e Santo Antônio, que agora estão à venda. Na semana passada, anunciou também a venda da Light – uma das maiores (e mais problemáticas) distribuidoras de energia do País. O portfólio de ativos à venda da empresa soma algo em torno de R\$ 6,5 bilhões.

Dívida

“Além do alto (e caro) endividamento, a Cemig sofreu com o fim das concessões de quatro hidrelétricas, que estabeleceu uma nova relação entre dívidas e receitas”, diz Castro. As quatro usinas (Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande) serão leiloadas pelo governo federal até 30 de setembro – prazo estabelecido também para licitar os ativos da Cesp, de São Paulo, que é assessorada pelo banco Fator.

São três usinas com capacidade de 1,6 mil megawatts (MW) de potência, sendo a principal a Hidrelétrica Porto Primavera. O governo de São Paulo pretende levantar cerca de R\$ 2 bilhões com a venda dos 40% de participação na empresa, mas o negócio pode somar R\$ 4,7 bilhões, se considerada a venda dos acionistas minoritários.

O entrave à privatização é que a licitação das usinas vence em breve (a de Porto Primavera em 2028). Na mesa, apurou o Estado, está a proposta de o potencial investidor levar os ativos e renegociar a renovação das concessões depois. O governo e o Fator não se pronunciaram.

Outro Estado que tenta vender seus ativos de energia é o Rio Grande do Sul, que vive uma grave crise financeira. A venda das estatais é uma condicionante para o governo conseguir entrar no Programa de Recuperação Fiscal. Mas, para privatizar a

Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), será preciso ter o aval da população por meio de plebiscito.

Enquanto isso, o governo faz a avaliação do preço dos ativos de geração e transmissão para verificar a viabilidade de venda, afirma o secretário de energia do Estado, Artur Lemos Júnior. A empresa detém participação de 64% em 5,8 mil km de linhas de transmissão e 15 usinas. O negócio pode envolver entre R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, sem considerar a distribuidora de energia, cujo resultado tem sido deficitário.

Fontes do mercado afirmam que todos os ativos à venda têm aguçado o apetite dos investidores, apesar do momento turbulento que o País atravessa. "O momento certo para investir são momentos como os de hoje, em que os ativos estão baratos", afirma o diretor-geral do escritório Alvarez & Marsal, Luis De Lucio. Atualmente, diz ele, há vendedor interessado e precisando vender os ativos e grandes investidores com liquidez querendo entrar no Brasil.

Receita lança ambiente de teste do eSocial para empresas

26/05/2017 – Fonte: DGABC

A Secretaria da Receita Federal vai tornar disponível a partir da próxima segunda-feira, 26, o ambiente de produção restrita do eSocial, que dá início a uma fase de testes do projeto para as empresas.

De acordo com resolução do Comitê Gestor do eSocial, o acesso será permitido em duas etapas, sendo a primeira no período de 26 de junho a 31 de julho de 2017, para as empresas de Tecnologia da Informação, e a segunda no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2017 para todas as empresas.

"Em função da capacidade restrita do ambiente, sua utilização deverá ser efetuada de forma controlada, atendendo às orientações e aos limites descritos no manual técnico a ser publicado no sítio do eSocial", avisa a resolução, que está publicada no Diário Oficial da União (DOU).

O eSocial vai unificar o envio de informações pelo empregador ao governo em relação aos seus empregados. O sistema padroniza a transmissão, que será eletrônica, além da validação, armazenamento e distribuição de dados referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos funcionários.

O uso do programa pelas empresas começará a ser obrigatório a partir de 2018, a partir de 1º de janeiro de 2018 para os empregadores e contribuintes com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78 milhões e em 1º de julho de 2018 para as demais empresas.

Maior recall da história leva à venda de fabricante de airbags

26/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Logotipo da fabricante de airbags japonesa Takata vista de dentro de carro em Tóquio

A empresa japonesa Takata, fabricante de airbags defeituosos que desencadeou o maior recall do setor automotivo da história, entrou com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos e no Japão neste domingo (25).

O acordo prevê a venda da companhia para a concorrente americana de capital chinês Key Safety Systems por US\$ 1,6 bilhão, o que põe fim à empresa fundada em 1933 e que chegou a ser a segunda maior fabricante mundial do equipamento.

A empresa continuará a existir no papel, com o propósito de pagar suas dívidas. Além disso, manterá unidades que fabricam airbags para substituir os defeituosos.

São mais de 100 milhões de recalls em todo o mundo desde 2008, quando a primeira convocação foi anunciada, para veículos da também japonesa Honda.

No Brasil, foram convocados mais de 2 milhões de carros com o equipamento defeituoso, de montadoras como Toyota, Honda, Volkswagen e BMW. O número tende a crescer.

A crise da Takata se intensificou com investigações de que a empresa estava consciente de que seus airbags podiam causar ferimentos ao arremessar peças metálicas nos ocupantes do veículo em caso de acionamento.

O defeito é associado a pelo menos 17 mortes e 180 feridos em todo o mundo.

PARAQUEDAS

A Takata, que na Segunda Guerra Mundial fabricou paraquedas para militares japoneses, deve bilhões de dólares a bancos e montadoras, que têm bancado o custo de substituir as bolsas infláveis potencialmente perigosas.

A empresa registrou prejuízo nos últimos três anos. Nesse período, precisou vender subsidiárias para pagar multas e dívidas.

Nos EUA, desembolsou US\$ 1 bilhão em multa depois de admitir que três executivos estavam envolvidos em fraudes nos testes que apontavam problemas nos equipamentos de segurança.

A empresa também prometeu ao governo americano pagar às vítimas US\$ 125 milhões em compensações.

Apesar da crise, a Takata, uma empresa familiar, ainda detinha 20% da produção mundial de airbags.

Na ZF, carro autônomo é jornada, não destino

26/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Enquanto a euforia em torno do carro autônomo contagia a indústria automotiva – e setores fora dela –, a ZF aposta em evoluir passo a passo, mas com consistência. “Não gosto de usar o termo disruptão”, disse Peter Lake, membro do conselho de administração da sistemista com responsabilidade pelo marketing global, durante evento para mostrar as novas tecnologias da companhia à imprensa global.

“Este avanço vai trazer transformações profundas, mas temos de construir tijolo por tijolo e aprender a cada dia. Não é de uma hora para a outra. É uma jornada, não um destino”, defende.

A edificação que o executivo descreve está relacionada ao avanço por níveis de automação, que vão do primeiro, em que o veículo conta com um ou dois sistemas independentes de assistência à direção, ao cinco, em que o carro é capaz de rodar em modo totalmente autoguiado sem precisar sequer da supervisão do motorista. Para Lake, marcar uma data para a chegada da automação ao mercado não é nada mais do que jogada de marketing.

“Já temos modelos com níveis de automação de um a dois. Vamos avançar bastante nos próximos anos, mas não podemos ter pressa. Basta um grande acidente para que a tecnologia perca a credibilidade”, alerta, defendendo que assumir alguns riscos pode ter um preço alto.

Uma colisão com vítima fatal já foi registrada com um automóvel da Tesla mas, neste caso, o condutor teria usado o piloto semiautomático de forma errada. “Sabemos onde queremos chegar, mas só vamos descobrir os detalhes da rota ao longo do caminho. Cada desenvolvimento nos mostra onde ir”, diz.

A ambição projetada no plano estratégico da ZF é a chamada Visão Zero, com nada menos do que a eliminação total dos acidentes com mortes e as emissões de poluentes dos veículos. Lake acredita que os carros completamente autônomos são caminho natural para alcançar o objetivo. A tecnologia de nível cinco, diz, deve começar a ganhar espaço em frotas de veículos que rodam em trajetos controlados para só depois ter algum protagonismo nas ruas, algo que deve levar um bom tempo para acontecer.

SOLUÇÕES AVANÇAM

Na pista de testes, a tecnologia de automação da ZF avança a passos visivelmente largos. Há dois anos, logo após a empresa alemã comprar a TRW, os protótipos de carros autoguiados da companhia ainda engatinhavam entre os níveis dois ou três da tecnologia (leia [aqui](#)).

Agora, com a integração quase concluída entre ZF e TRW, é claro o amadurecimento das soluções, com demonstrações de automóveis que combinam recursos de armazenamento de caminhos usuais na nuvem, com frenagem de emergência, desvio de rotas erradas (como entradas na contramão), sistema de monitoramento da atenção do condutor que emite alertas e, claro, a possibilidade de rodar sem que o condutor precise colocar as mãos na direção ou os pés nos pedais. Basicamente, sem efetivamente dirigir.

Neste caso, no entanto, o sistema só funciona em estradas, emitindo alerta para que o motorista retome imediatamente o controle quando em circuitos urbanos. “Todos esses recursos vão chegar ao mercado em dois anos ou três anos. Nada está muito distante.”

Os engenheiros da ZF garantem que há novidades ainda mais avançadas em teste, mas que ainda é cedo para demonstrações públicas. “O básico para automação nós já temos, que são as câmeras, sistemas de assistência e sensores lidar. É a estrutura que precisamos para avançar”, resume Lake.

De olho no longo prazo, a companhia se empenha também no desenvolvimento dos recursos que serão necessários aos veículos autoguiados de nível cinco, como sistemas que previnem o costumeiro enjoo a bordo dos ocupantes, já que estes modelos não contarão com motoristas.

Os recursos tradicionais de segurança também precisarão acompanhar a nova era. Um dos exemplos está nas bolsas de ar. “A configuração interna do carro vai mudar totalmente, com possibilidade de as pessoas deitarem ou sentarem viradas ao contrário do sentido da via. Os airbags precisarão identificar a posição dos ocupantes para garantir a proteção correta em caso de acidentes”, destaca Gerhard

Gumpoltsberger, diretor da área de inovações e testes da ZF. A missão é complexa, diz, e inclui ainda a possibilidade de aprimorar airbags externos, que podem inflar logo antes de uma colisão para proteger o veículo. Neste caso, “será necessário ter 100% de certeza de que o acidente vai acontecer.”

RESTAM BONS DESAFIOS

A tecnologia é um desafio grande para que a indústria chegue ao carro autônomo, mas não o único. A tal evolução tijolo por tijolo que Lake defende envolve também a infraestrutura, os consumidores e a legislação. “Há clientes mais entusiastas, que não veem a hora de deixar de dirigir, outros não confiaram que um software possa guiar um carro. Por isso, é importante educar o mercado, instruir os consumidores ao longo do caminho”, diz.

Sobre a legislação que permitirá que veículos rodem sem motorista e definirá quem é o responsável em caso de acidente, o executivo espera que as respostas também venham com o tempo. “Não temos cases prontos ou precedentes. Todos estamos aprendendo juntos”, defende.

PSA apresenta autônomos ao público

26/05/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo PSA apresentou na França seus modelos que contam com funções de assistência à condução e que equipam atualmente os novos Peugeot 3008 (lançado recentemente no Brasil – leia [aqui](#)), 5008 e os Citroën C4 Picasso e Space Tourer e informa que em breve será a vez do DS 7 Crossback.

O evento denominado Innovation Days faz parte do programa Veículos Autônomos para Todos (AVA, na sigla em inglês) e para a montadora são considerados uma oportunidade de experimentar os veículos autônomos de níveis 3 (eyes off) e 4 (mind off) em condições reais de condução.

A demonstração foi feita na quinta e sexta-feira, 22 e 23, em Vélizy, Paris, e contou com um público de mais de duzentas pessoas, entre investidores, instituições e público em geral, além da imprensa.

Segundo a montadora, a partir de 2018 serão implementadas em seus veículos as funções de condução automatizadas e a partir de 2020 será a vez das funções progressivamente autônomas, que permitem ao condutor a possibilidade de transferir a condução ao veículo, sem supervisão.

Graças a essas funções, o trajeto poderá ser efetuado de forma diferente, sem restrições e fadiga, principalmente em situações monótonas de condução. Em nota, a PSA informa que essa tecnologia será acessível a todos graças a interfaces simples e intuitivas.

Para isto, o grupo está desenvolvendo uma nova arquitetura eletrônica (NEA), algo como o sistema nervoso do veículo que assegura o funcionamento em qualquer situação, assim como a segurança dos passageiros e dos dados. Também faz parte do programa as tecnologias de percepção que permitem reconstruir o ambiente em que se encontra o veículo, assim como algoritmos de pilotagem automática que integram módulos de inteligência artificial.

Neste âmbito, o grupo está participando ativamente das evoluções regulamentares e normativas relacionadas ao veículo autônomo, especialmente as homologações e a harmonização das infraestruturas.

Dunlop do Paraná chega a 12 milhões de pneus

26/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A fábrica da Dunlop em Fazenda Rio Grande (PR) atingiu a marca de 12 milhões de pneus produzidos desde sua inauguração, em outubro de 2013. A unidade emprega 1,3 mil funcionários, opera com capacidade total de 15 mil pneus por dia e em julho de 2016 anunciou investimento de R\$ 487 milhões para elevar a capacidade para 18 mil unidades diárias e também erguer uma unidade dedicada a pneus de carga, com capacidade para 500 pneus por dia.

Segundo a empresa, cerca de 75% de sua produção vai para o mercado de reposição, mas a fábrica paranaense fornece para os Fiat Palio, Uno, Mobi e Argo, para os VW Up!, Gol e Voyage e, na Argentina, para a picape Toyota Hilux e o utilitário esportivo SW4. A venda às montadoras representa 20% da produção. Os 5% restantes seguem para outros países da América Latina.

Ainda de acordo com a Dunlop, até o fim do ano sua rede atual de 165 lojas será expandida para 190 e novas parcerias com montadoras vão resultar em uma produção adicional de 500 mil pneus.

BB já concedeu R\$ 500 mi para compra de carros via mobile

26/05/2017 – Fonte: Automotive Business



O BB já concedeu R\$ 500 milhões em crédito para compra de carros via mobile desde que seu aplicativo foi criado, em 2015. A marca foi atingida esta semana, em mais de 15 mil contratos para veículos de passeio.

Segundo o Banco do Brasil, 83% das propostas contam com resposta automática para a aprovação do crédito. Até o fim do ano a instituição financeira espera atingir R\$ 1 bilhão em créditos concedidos via mobile.

Atualmente, mais de uma em cada três operações de financiamento de veículos no Banco do Brasil é realizada pelo canal. No último mês a participação nas liberações foi de 36%.

Um estudo atualizado recentemente pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) apontou, pela primeira vez, o mobile como o canal preferido dos clientes. A pesquisa indica que de 2015 para 2016 o número de transações no mobile passou de 11,2 bilhões para 21,9 bilhões, um crescimento de 95%.

Citroën Jumpy chega ao Brasil em outubro

26/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Citroën aparece pela primeira vez na América Latina no Salão de Buenos Aires

A Citroën fará o lançamento de seu novo utilitário Jumpy no Brasil em outubro, segundo comunicado divulgado pela montadora na sexta-feira, 23. Este será o primeiro dos novos modelos que fazem parte da ofensiva do Grupo PSA para o segmento, anunciada no início deste ano (leia [aqui](#)) e que prevê pelo menos seis novos veículos até 2018: além da nova Jumpy, os Citroën Berlingo e Jumper e os Peugeot Expert (nova) e os renovados Partner e Boxer, que já são vendidos na Europa.

Depois da Jumpy, os próximos a desembarcarem no mercado brasileiro serão Berlingo e Jumper, no ano que vem. Ainda não há informações de quais dos dois utilitários virá primeiro.

A Jumpy é montada sobre a nova plataforma MP2, a mesma utilizada pela nova Peugeot Expert. No caso da Jumpy, o furgão virá equipado com motorização diesel Blue HDI 1.6, capacidade de carga útil de 1,5 tonelada (1.500 quilos) e volume de carga de 6,6 metros cúbicos.

O modelo, bem como a Peugeot Expert, será montado em Montevideú, no Uruguai, a partir do segundo semestre deste ano por meio de uma parceria firmada em março entre o Grupo PSA, a Nordex, fabricante local que monta os Kia Bongo e modelos da Lifan, e a Easa, grupo das importadoras oficiais de Peugeot e Citroën no país (leia [aqui](#)).

A PSA escolheu o Salão de Buenos Aires, que ocorreu até o dia 20 deste mês, para mostrar o Citroën Jumpy e o Peugeot Expert pela primeira vez na América Latina (*veja fotos abaixo*).